

Cia. Hering

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, Relatório da Administração e Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.

KPMG Auditores Independentes

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Transformação é uma Jornada

O ano de 2019 foi um marco na nossa história. Iniciamos uma transformação cultural importante fortalecendo nosso espírito empreendedor e passando a desafiar o status quo. Criamos as condições favoráveis para empoderar nossos talentos e iniciamos o caminho para a construção de um novo legado na história da Companhia.

Experimentamos um jeito novo de fazer, aprofundando nosso conhecimento do consumidor e ampliando o uso de dados na tomada de decisão. Criamos um modelo de experimentação e velocidade que vem revelando novas alavancas de crescimento e nos deixam confiantes e entusiasmados na busca por garantir relevância e perpetuidade ao nosso negócio.

Nos transformamos em uma Companhia Omnichannel proporcionando uma jornada única ao cliente. Inovamos nos formatos de negócio, iniciamos a customização de produtos e pilotamos uma “One Stop Shop” que trouxe facilidade de compra e experiência completa sem fricção ao nosso consumidor. Investimos no “awareness” e aumentamos nossa consideração de marca.

Ressignificamos papéis, evoluímos o jeito de pensar no nosso canal mais relevante, o Multimarcas, de forma a potencializar seus recursos e melhorar nosso atendimento aos clientes atuais.

Revisitamos nossos valores, trouxemos gente nova, avançamos em nossa transformação digital, plantamos com a convicção absoluta de que evoluímos em uma cultura de assumir mais riscos, tivemos coragem e ousadia para testar e corrigir a rota e aprender com os erros.

Nessa jornada fortemente apoiada em pessoas, marcas e tecnologia reiteramos nossas convicções:

1. Um jeito novo de fazer

Data driven com experimentação, velocidade e escala.
Empoderando nossos talentos!

2. O Produto é Soberano

Design, qualidade e preço para garantir uma *smart choice*

3. Aqui é Varejo!

O *Spin off* da Indústria para legitimar o “*make or buy*” gerando valor e não custo

4. A oferta certa, na hora certa

A implantação do *push and pull* e a customização em massa

5. One Stop Shop

Facilidade de compra e experiência completa e sem “fricção”

6. Omni de verdade

Jornada única e *all-in* na revolução logística e meios de pagamento

7. Cada vez mais junto do Consumidor

Inovação nos formatos de negócio e na estratégia de GTM



Em 2020, a Cia. Hering completará 140 anos com mentalidade nova, ambição clara, abundância de ideias e todos os recursos necessários para a construção de um legado, através de gente com capacidade de sonhar, experimentar e realizar.

DESTAQUES CONSOLIDADOS

R\$ MIL	2019	2018	VAR. 2019 2018
Receita Bruta	1.815.626	1.806.814	0,5%
Mercado Interno	1.773.491	1.757.183	0,9%
Mercado Externo	42.135	49.631	-15,1%
Receita Líquida	1.549.159	1.539.568	0,6%
Lucro Bruto	678.640	655.988	3,5%
Margem Bruta	43,8%	42,6%	1,2 p.p.
Lucro Líquido	214.702	239.514	-10,4%
Margem Líquida	13,9%	15,6%	-1,7 p.p.
EBITDA	264.657	259.557	2,0%
Margem EBITDA	17,1%	16,9%	0,2 p.p.
ROIC (a)	19,5%	22,0%	-2,5 p.p.
SSS¹	2,3%	5,3%	-3,0 p.p.

(a) Últimos 12 meses.

¹ Dado a consolidação da gestão das marcas Hering e Hering Kids, que a partir do 2T19 passam a ser geridas dentro da mesma unidade de negócios, os dados foram unificados. Valores da tabela acima incluem os efeitos do IFRS16.

DESEMPENHO DE VENDAS

Receita Bruta - R\$ MIL	2019	2018	VAR. 2019 2018
Receita Bruta Total	1.815.626	1.806.814	0,5%
Mercado Interno	1.773.491	1.757.183	0,9%
Mercado Externo	42.135	49.631	-15,1%
Receita Bruta Mercado Interno	1.773.491	1.757.183	0,9%
Hering	1.348.686	1.319.306	2,2%
Hering Kids	237.154	230.231	3,0%
PUC	87.916	105.437	-16,6%
Dzarm	75.973	73.241	3,7%
Outras¹	23.762	28.968	-18,0%

Participação Mercado Interno	2019	2018	VAR. 2019 2018
Multimarcas	704.840	736.794	-4,3%
Franquias	627.075	619.514	1,2%
Lojas Próprias	365.829	344.580	6,2%
Webstore	69.996	48.950	43,0%
Outras¹	5.751	7.345	-21,7%
Total	1.773.491	1.757.183	0,9%
Multimarcas	39,7%	41,9%	-2,2 p.p.
Franquias	35,4%	35,3%	0,1 p.p.
Lojas Próprias	20,6%	19,6%	1,0 p.p.
Webstore	3,9%	2,8%	1,1 p.p.
Outras¹	0,4%	0,4%	0,0 p.p.
Total	100,0%	100,0%	-

¹ Considera a venda de itens de segunda linha e sobras.

Em 2019 a receita bruta totalizou R\$ 1,8 bilhão, alta de 0,5% versus o mesmo período do ano anterior, com desempenho positivo em todos os canais, com exceção do canal Multimarcas. A Companhia apresentou crescimento de vendas nos 9 primeiros meses do ano e queda no 4T19, exclusivamente atribuída à performance de dezembro, que representa aproximadamente 60% das vendas do período.

Ao longo de 2019 continuamos evoluindo no processo de atualização da marca Hering com novas e efetivas iniciativas em produto, loja e comunicação mantendo de maneira consistente a conexão com os consumidores. Algumas dessas iniciativas exitosas ao longo do ano e na maior parte do trimestre, não se traduziram em uma proposta efetiva para o período de vendas do Natal, sobretudo na agenda de presenteáveis. Após análise e diagnóstico, a Companhia está implementando ajustes na estratégia de curto prazo e destacadamente para o Natal de 2020.

As vendas base mesmas-lojas ("*Same Stores Sales*") atingiram 2,3%, versus 2018. Importante destacar que a rede apresentou nos últimos 7 trimestres¹ crescimento desse indicador, reiterando os esforços para a construção de um ciclo de crescimento sustentável.

Lojas próprias

As vendas das lojas próprias totalizaram R\$ 365,8 milhões, crescimento de 6,2% versus 2018, impulsionadas pela retomada no número de atendimentos e maior produtividade das vendas.

Franquias

As vendas para as franquias ("*sell-in*") totalizaram R\$ 627,1 milhões, alta de 1,2% versus 2018. A despeito do fechamento líquido de lojas do ano, o crescimento é influenciado pelo aumento da produtividade das lojas. Destaca-se a preservação da sustentabilidade da rede e o dimensionamento dos níveis de estoque versus as vendas realizadas ao consumidor final, onde os franqueados realizaram um abastecimento equilibrado no período de "*showroom*" com a possibilidade de colocação de menos pedidos através de reposição.

Multimarcas

As vendas do canal multimarcas apresentaram declínio de 4,3% no ano, notadamente em razão do menor pedido médio e declínio do número de clientes. A despeito do curto prazo ainda desafiador, a Companhia segue confiante em sua estratégia para recuperação das vendas através do novo modelo de gestão e proposta de valor diferenciada, com ações que englobam a racionalização da base de clientes, estreitando o relacionamento com clientes de maior relevância, além de ampliar o rol de iniciativas para melhor ativação da marca no ponto de vendas e ganho de "*share-of-wallet*".

Webstores

As vendas do "*e-commerce*" totalizaram R\$ 70,0 milhões, alta de 43,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho está relacionado, principalmente, à consistência dos investimentos em marketing que contribuem para o aumento de fluxo nas plataformas e melhor

¹ Com exceção do 2T18.

dinâmica promocional. Como forma de melhorar a experiência de compra e usabilidade das páginas, a Companhia deu continuidade às evoluções das ferramentas de busca, além de avanços na tecnologia para interação com os consumidores através do uso de Inteligência Artificial. Adicionalmente, destaca-se no 4T19 o lançamento do novo site das marcas Hering e Hering Kids, permitindo uma jornada integrada do consumidor, melhor experiência de compras nas plataformas digitais, entre outros avanços. A participação do canal aumentou 1,1 p.p., atingindo 3,9% do faturamento total da Companhia.

Mercado Externo

O mercado externo apresentou retração de 15,1% em virtude do declínio das vendas no Uruguai e tímida recuperação no Paraguai. Destacam-se nesses mercados aumento da competitividade local e redução do fluxo nos shoppings. O mercado externo representa 2,3% do faturamento da Companhia.

REDE DE LOJAS

A Companhia encerrou o ano com 741 lojas, das quais 721 no Brasil e 20 no mercado internacional. No ano foram inauguradas 52 lojas e encerradas 73 unidades. Destaca-se a inauguração de 3 novos Espaço Hering além de 7 novas Hering Basic Shop. A Companhia inaugurou também sua primeira loja de grande superfície (~600m²) no Park Shopping São Caetano em São Paulo, com a estratégia de diversificar os formatos de loja, facilitar as escolhas dos consumidores e propiciar melhores experiências para o público. A chamada Mega Store é um modelo *"One Stop Shop"*, que reúne as linhas Hering, Hering Kids, Hering POP, Hering Intimates e Hering Pets e foi projetada para simplificar a jornada de consumo. A loja servirá como *"Hub"* de distribuição dos pedidos da *"web"* da região, além de contar com todas as modalidades Omnichannel e experiência digital, como *"lockers"* inteligentes para retirada dos pedidos via *"QR code"*, *"mobile checkout"* em 100% da equipe de venda e plataforma de personalização de camisetas.

Seguindo o processo de reorganização da rede, a Hering Kids reduziu 5 lojas, enquanto a PUC encerrou 22 pontos de vendas. A DZARM, que ainda passa por maturação do seu canal de distribuição monomarca, fechou 1 loja no ano de 2019.

Vale destacar também que ao longo do ano o ritmo de implementação do novo modelo de reformas na rede Hering foi intensificado, resultando em 101 lojas remodeladas em 2019. O novo modelo tem contribuído para melhorar a produtividade das lojas através de uma melhor exposição de produtos, foco no *"visual merchandising"* e melhor experiência de compra.

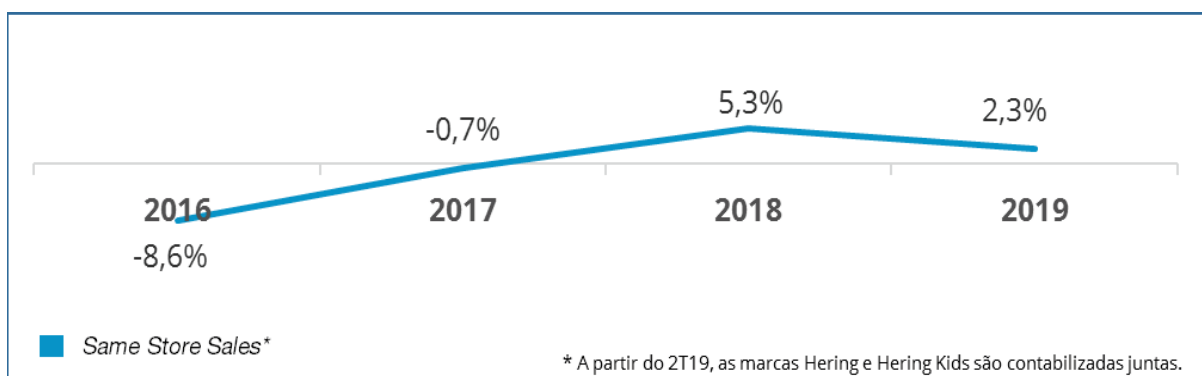
DESEMPENHO DA REDE HERING²

Em 2019, as vendas da rede Hering totalizaram R\$ 1,5 bilhão, 0,2% abaixo do ano anterior, influenciadas pela redução de 1,5% na área de vendas e consequente queda no número de atendimentos (-3,0%). A despeito deste resultado, destaca-se o aumento do “ticket” médio (+2,9%).

As lojas operadas pela Companhia totalizaram R\$ 287,1 milhões, crescimento de 5,5%, explicado pelo crescimento do número de atendimentos (+3,7%) e maior “ticket” médio (+1,7%). O desempenho das franquias, por outro lado, foi impactado pela redução da área de vendas (-2,6%) e consequente redução do número de atendimentos, a despeito do aumento de “ticket” médio.

A operação das lojas em 2019 contou com uma melhor qualidade de abastecimento, gestão ativa nos pontos de venda, maior assertividade da coleção e intensificação das campanhas de marketing focada em fortalecer os atributos da marca. Essas iniciativas contribuíram para o crescimento de 5,4% do faturamento/m² da rede em 2019, apesar do desempenho aquém do esperado nas vendas de Natal.

As vendas base mesmas lojas (“Same Stores Sales”), as quais consideram lojas comparáveis abertas há pelo menos 13 meses, da rede Hering Store e Hering Kids, incluindo a participação das vendas “online”, cresceram 2,3%, impulsionadas pelo crescimento da produtividade das lojas.



² Dado a consolidação da gestão das marcas Hering e Hering Kids, que a partir do 2T19 passam a ser geridas dentro da mesma unidade de negócios, os dados foram unificados.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

R\$ MIL	2019	Part. (%)	2018	Part. (%)	VAR. 2019 2018
Receita Bruta de Vendas	1.815.626	117,2%	1.806.814	117,4%	0,5%
Deduções de Venda	(266.467)	-17,2%	(267.246)	-17,4%	-0,3%
Receita Líquida de Vendas	1.549.159	100,0%	1.539.568	100,0%	0,6%
Custo dos Produtos Vendidos	(874.631)	-56,5%	(888.720)	-57,7%	-1,6%
Ajuste a Valor Presente	18.514	1,2%	17.098	1,1%	8,3%
Subvenção para Investimentos	19.824	1,3%	19.453	1,3%	1,9%
Depreciação e Amortização	(34.226)	-2,2%	(31.411)	-2,0%	9,0%
Lucro Bruto	678.640	43,8%	655.988	42,6%	3,5%
Despesas Operacionais	(502.407)	-32,4%	(458.029)	-29,8%	9,7%
Vendas	(359.579)	-23,2%	(353.649)	-23,0%	1,7%
Perda pela não recuperabilidade de ativos	(12.197)	-0,8%	(8.524)	-0,6%	43,1%
G&A e Rem. dos Administradores	(61.161)	-3,9%	(58.162)	-3,8%	5,2%
Depreciação e Amortização	(54.198)	-3,5%	(30.187)	-2,0%	79,5%
Participação nos Resultados	-	0,0%	(783)	-0,1%	-100,0%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(15.272)	-1,0%	(6.724)	-0,4%	127,1%
Lucro Operacional Antes das Financeiras	176.233	11,4%	197.959	12,9%	-11,0%
Receitas financeiras	68.450	4,4%	71.572	4,6%	-4,4%
Despesas financeiras	(35.756)	-2,3%	(34.368)	-2,2%	4,0%
Total resultado financeiro	32.694	2,1%	37.204	2,4%	-12,1%
Lucro Líquido Antes de CSLL e IRPJ	208.927	13,5%	235.163	15,3%	-11,2%
Impostos Correntes - CSLL e IRPJ	(3.120)	-0,2%	1.241	0,1%	-351,4%
Impostos Diferidos - CSLL e IRPJ	8.895	0,6%	3.110	0,2%	186,0%
Lucro Líquido	214.702	13,9%	239.514	15,6%	-10,4%
Atribuível aos acionistas controladores	214.702	13,9%	239.514	15,6%	-10,4%
Lucro básico por ação - R\$					
Atribuível aos acionistas controladores	1,3271		1,4812		-10,4%
EBITDA	264.657	17,1%	259.557	16,9%	2,0%

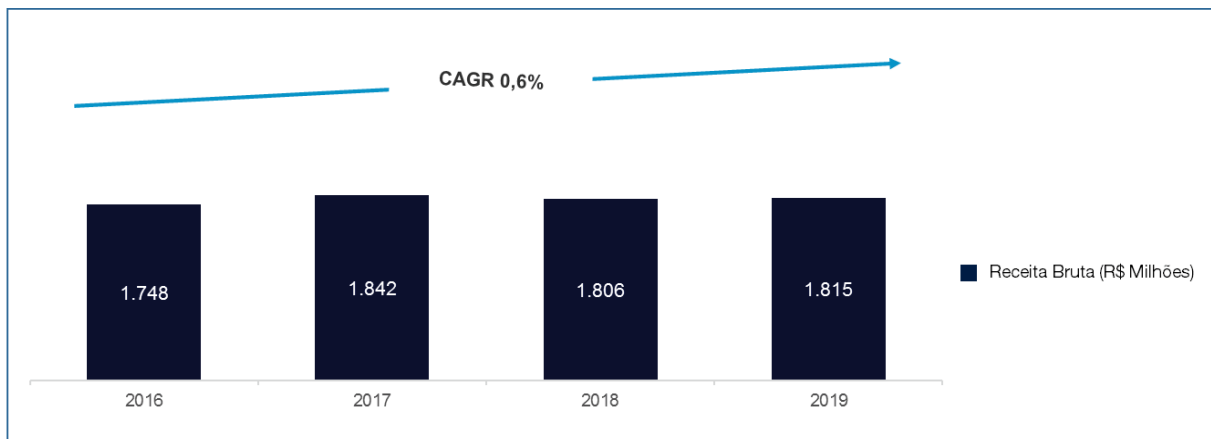
Valores da tabela acima incluem os efeitos do IFRS16.

RECONCILIAÇÃO COM OS EFEITOS DO IFRS16 NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

R\$ MIL	2019 Divulgado	Ajustes IFRS16	2019 Pró-Forma
Receita Líquida de Vendas	1.549.159	-	1.549.159
Custo dos Produtos Vendidos	(874.631)	(3.433)	(878.064)
Depreciação e Amortização no CPV	(34.226)	3.130	(31.096)
Despesas com Vendas	(359.579)	(23.337)	(382.916)
Despesas G&A e Rem. dos Administradores	(61.161)	(1.388)	(62.549)
Depreciação e Amortização nas Despesas	(54.198)	21.937	(32.261)
Resultado Financeiro	32.694	4.828	37.522
Outras Despesas / Custos e Impostos sem impacto do IFRS16	16.644	-	16.644
Lucro Líquido	214.702	1.737	216.439
EBITDA	264.657	(28.158)	236.499

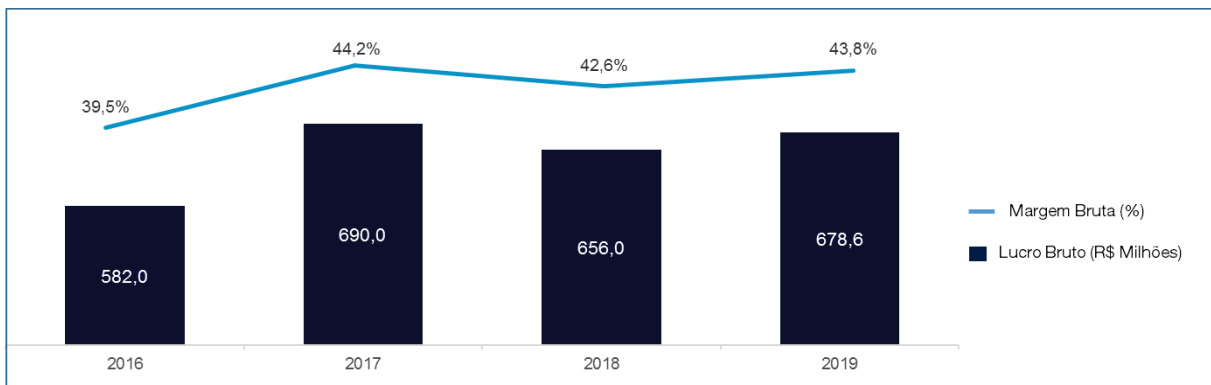
RECEITA BRUTA

A receita bruta atingiu R\$ 1,8 bilhão em 2019, alta de 0,5% versus o mesmo período do ano anterior, explicada pelo desempenho positivo de todos os canais, com exceção do canal multimarcas. Em relação às marcas, destaca-se a performance positiva de todas as marcas, a despeito do desempenho negativo da marca PUC em razão de seu reposicionamento e fechamento de lojas.



LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA

O lucro bruto da Companhia atingiu R\$ 678,6 milhões em 2019, 3,5% superior versus 2018. A margem bruta atingiu 43,8%, expansão de 1,2 p.p. relacionada à melhor produtividade fabril, melhor “mix” de vendas, com maior participação das vendas “sell out” (lojas próprias e “webstores”) e alavancagem operacional pela gestão do custo fixo.



DESPESAS OPERACIONAIS

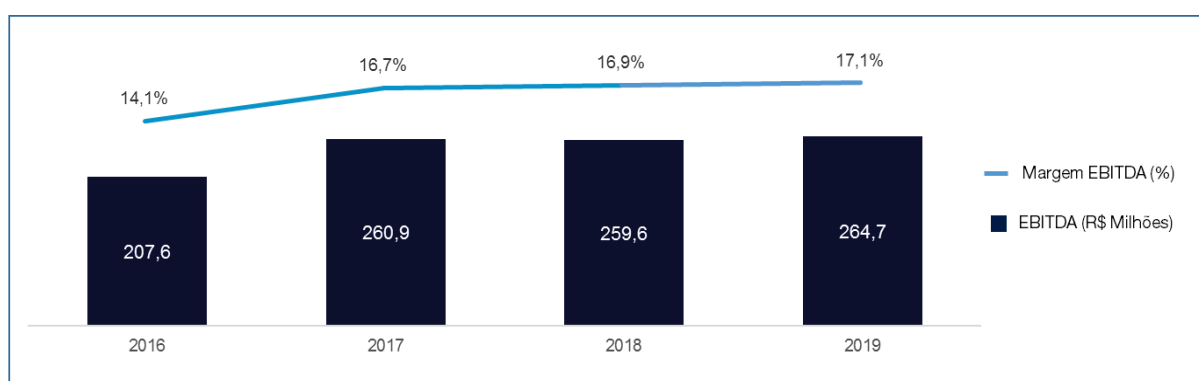
Em 2019, as despesas atingiram R\$ 502,4 milhões, alta de 9,7% versus 2018, impactadas notadamente pelos maiores investimentos em marketing, que totalizaram R\$ 80,0 milhões (versus R\$ 57,6 milhões em 2018) e despesas com lojas principalmente em razão do maior atingimento de prêmios.

Adicionalmente, destacam-se as despesas não recorrentes relativas às indenizações por reestruturação organizacional e encerramento de plantas fabris no valor de R\$ 20,0 milhões (versus R\$ 12,4 milhões em 2018), que foram mais que compensadas por créditos fiscais de R\$ 31,0 milhões (versus R\$ 29,4 milhões em 2018). Excluindo-se estes efeitos não recorrentes, as despesas do ano totalizariam R\$ 513,4 milhões, alta de 8,1% versus 2018.

EBITDA E MARGEM EBITDA

O EBITDA do ano atingiu R\$ 264,7 milhões, alta de 2,0% versus 2018 e margem de 17,1%, expansão de 0,2 p.p.. Esta alta refere-se ao crescimento de vendas combinado com expansão da margem bruta, conforme citado anteriormente.

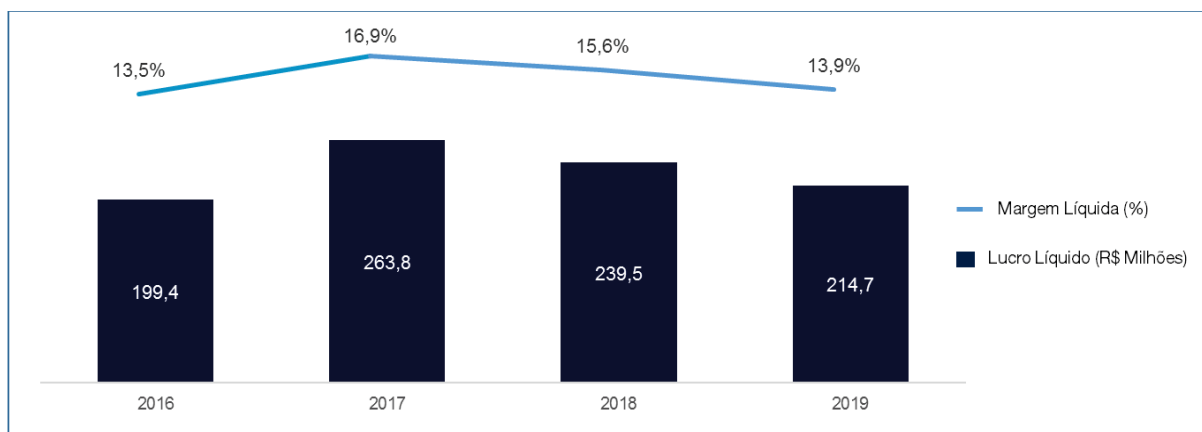
Excluindo o impacto do IFRS16 (ver tabela de reconciliação), o EBITDA totalizaria R\$ 236,5 milhões, queda de 8,9% e atingimento de 15,3% de margem EBITDA com queda de 1,6 p.p..



Reconciliação EBITDA - R\$ mil	2019	2018	VAR. 2019 2018
Lucro Líquido	214.702	239.514	-10,4%
(+) IR e CSLL	(5.775)	(4.351)	32,7%
(-) Resultado Financeiro	(32.694)	(37.204)	-12,1%
(+) Depreciação e Amortização	88.424	61.598	43,6%
(=) EBITDA	264.657	259.557	2,0%
Margem EBITDA	17,1%	16,9%	0,2 p.p.

LUCRO LÍQUIDO E MARGEM LÍQUIDA

Em 2019, o lucro líquido atingiu R\$ 214,7 milhões, declínio de 10,4% versus 2018 e margem de 13,9%, queda de 1,7 p.p. explicado pela piora do resultado operacional. Excluindo o impacto do IFRS16 (ver tabela de reconciliação), o lucro do ano totalizaria R\$ 216,4 milhões, declínio de 9,6%, e atingimento de 14,0% de margem líquida com queda de 1,6 p.p..



INVESTIMENTOS

Os investimentos em 2019 totalizaram R\$ 64,7 milhões, alta de 30,4%, notadamente relacionado aos maiores investimentos em indústria, com aquisição de maquinários e ampliação e adequação da estrutura das plantas e em lojas, após aquisições, reformas e instalações de novos pontos de venda.

Investimentos (R\$ Mil)	2019	2018	VAR. 2019 2018
Indústria	27.646	21.411	29,1%
TI	17.803	18.225	-2,3%
Lojas	18.931	9.388	101,7%
Outros	304	597	-49,1%
Total	64.684	49.621	30,4%

GERAÇÃO DE CAIXA

Em 2019 a geração de caixa foi de R\$ 175,5 milhões, queda de R\$ 123,4 milhões, em função do maior investimento em capital de giro, notadamente nos estoques e em fornecedores, em razão de um programa de alongamento de prazo com fornecedores estratégicos realizado ao longo de 2018.

DFC Gerencial Consolidado - R\$ mil	2019	2018	VAR. 2019 2018
EBITDA	264.657	259.557	5.100
Itens Não caixa	26.721	16.664	10.057
Arrendamentos	(28.158)	-	(28.158)
AVP Clientes e Fornecedores	15.092	21.112	(6.020)
IR&CS Corrente	(3.120)	1.241	(4.361)
Investimento em Capital de Giro	(35.036)	49.890	(84.926)
Contas a receber de clientes	3.275	(13.655)	16.930
Estoques	(5.683)	31.114	(36.797)
Fornecedores	(20.901)	80.737	(101.638)
Obrigações tributárias	3.570	(6.430)	10.000
Financiamento de franqueados - plano de reformas - adiantamento	(2.635)	1.273	(3.908)
Outros	(12.662)	(43.149)	30.487
CapEx	(64.684)	(49.621)	(15.063)
Geração de Caixa Livre	175.471	298.843	(123.372)

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Os proventos pagos relativos ao exercício de 2019 totalizaram R\$ 131,2 milhões, representando “payout” de 61,1% do lucro líquido da Companhia.

Proposta de distribuição de proventos	R\$ milhões	R\$ por ação ¹	Aprovado em	Data base	Pago em
Juros Sobre o Capital Próprio	23,0	0,1423	27/03/2019	04/04/2019	24/04/2019
Juros Sobre o Capital Próprio	20,5	0,1268	08/05/2019	16/06/2019	05/07/2019
Dividendos	50,0	0,3088	31/07/2019	07/08/2019	05/09/2019
Juros Sobre o Capital Próprio	19,5	0,1200	23/09/2019	26/09/2019	23/10/2019
Juros Sobre o Capital Próprio	18,2	0,1120	11/12/2019	16/12/2019	30/12/2019
Proventos pagos	131,2	0,8099			
Lucro líquido do exercício - controladora	214,7				
Payout ratio	61,11%				

¹ Valor por ação líquido das ações em tesouraria quando aplicável.

PROGRAMA DE RECOMPRA

Não houve recompra de ações no ano de 2019. O programa que autorizava a aquisição de até 1,5 milhão de ações, correspondendo a 1,20% do total de ações em circulação (“free float”) foi encerrado em 05/02/2020. Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05/02/2020, o Conselho aprovou um novo programa de Recompra de Ações que autoriza a aquisição de até 1,4 milhão de ações, correspondendo a 1,17% do total de ações em circulação (“free float”), com vigência até 05/02/2021.

COLABORADORES

Em 2019 realizamos um projeto de revisão da cultura corporativa com o objetivo de acelerar nosso processo de transformação organizacional. Partimos de uma análise histórica, desde a origem da Companhia e complementamos esta análise sócio histórica com o espírito da época e as demandas momento, consolidando uma narrativa para este novo ciclo da Cia. Hering.

A partir dele, definimos 5 principais valores: fazer acontecer, paixão pela causa, gerar valor, construir juntos e espírito empreendedor. Neste processo também repensamos nosso propósito organizacional: “Facilitar escolhas, descomplicar a vida” passa a ser o propósito que nos move. Capacitamos toda liderança da Cia. nestes pilares de valor, disseminamos os atributos da cultura para todos os colaboradores, incorporamos os valores como critérios e variáveis de avaliação. Isso significa que nossos colaboradores terão seu desempenho medido também com relação aos comportamentos que reforçam nossa Cultura. Finalizamos o ano com 5.353 colaboradores ativos.

ORÇAMENTO DE CAPITAL

A Companhia apresenta na tabela abaixo, o orçamento de capital para o exercício de 2020, em atendimento à Instrução Normativa 480/09, publicada pela CVM em 07 de dezembro de 2009.

Orçamento de Capital 2020	2020	2019	VAR. 2020 2019
Indústria	8.331	21.528	-61,3%
TI	32.907	17.803	84,8%
Lojas	31.171	18.931	64,7%
Logística	2.176	6.118	-64,4%
Outros	3.322	304	992,8%
Total	77.907	64.684	20,4%

AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Cia. Hering junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está suportada nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar por seu cliente. Durante o exercício de 31 de dezembro de 2019, os auditores independentes da Companhia não foram contratados para outros serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras do período.

ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

A companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

O Comitê de Auditoria Estatutário (“Comitê”) da Cia. Hering (“Companhia”) instituído em 29 de abril de 2019, nos termos da legislação vigente, é órgão de assessoramento e vinculado ao Conselho de Administração.

As atribuições do Comitê estão estabelecidas no seu Regimento Interno, que dispõe, dentre outras, a supervisão dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos, das atividades da Auditoria Interna e dos Auditores Independentes, bem como pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Companhia.

ATIVIDADES DO COMITÊ

Em 2019, após instituído, o Comitê realizou cinco reuniões ordinárias, em especial a que analisou e apreciou as demonstrações financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Além das reuniões ordinárias, o Comitê também realizou 03 três reuniões extraordinárias com o Conselho de Administração para discussão e apreciação de temas referentes à gestão da Companhia, propostos pela Diretoria Executiva.

Nesse período, o Coordenador do Comitê realizou reuniões complementares com diretores e responsáveis pela Auditoria Interna e pelo processamento e elaboração das demonstrações financeiras para obter um entendimento das operações e dos resultados da Companhia.

Trimestralmente o Comitê reportou ao Conselho de Administração os resultados das atividades realizadas no período.

Foram as seguintes as atividades desenvolvidas pelo Comitê no cumprimento de suas atribuições:

- a) Auditoria Independente – O Comitê discutiu o plano de auditoria apresentado para o exercício de 2019, bem como, a abordagem da auditoria, os exames e procedimentos efetuados e os resultados alcançados, relativos às demonstrações financeiras trimestrais e anuais do exercício de 2019, analisou e discutiu as principais deficiências e recomendações de melhoria apontadas no relatório de controles internos, bem como os respectivos planos de ação das áreas internas para resolução das questões;
- b) Auditoria Interna – O Comitê analisou a estrutura da área de Auditoria Interna, o plano em desenvolvimento dos trabalhos de auditoria de 2019 e o planejamento para o ano de 2020;
- c) Gestão de Riscos e Controles Internos/Compliance -Analisou o processo de revisão e atualização da matriz de riscos, o sistema de controles internos e as atividades de Compliance;
- d) Principais demandas judiciais – O comitê tomou conhecimento das principais demandas judiciais, apresentadas pela área Jurídica, e da avaliação dos respectivos assessores jurídicos da Companhia sobre os prognósticos de desfecho das ações, bem como dos controles internos mantidos para o monitoramento dos processos;
- e) Código de conduta e Canal de denúncias – O Comitê tomou conhecimento das atividades desempenhadas pelo Comitê de conduta da companhia e os relatos

registrados no Canal de Ética, bem como de algumas investigações realizadas e as providências adotadas pela Administração, foi disponibilizado um link para os membros do Comitê acessarem diretamente o Canal de denúncias e poder acompanhar a natureza, o encaminhamento das denúncias e as providências tomadas.

CONCLUSÕES

Com base nas atividades desenvolvidas no período e nas informações recebidas da Administração e dos responsáveis pelas áreas de gestão de riscos, controles internos, compliance, auditoria interna e dos auditores independentes, o Comitê entende que:

- a) O sistema de controles internos, gestão de riscos e compliance são adequados ao porte e complexidades das operações da companhia;
- b) A estrutura e os trabalhos desenvolvidos pela auditoria interna são satisfatórios;
- c) Os serviços prestados pelos auditores independentes são adequados às necessidades da Companhia;
- d) As práticas contábeis adotadas pela companhia estão em conformidade com as adotadas no Brasil (BRGAAP) e com as normas internacionais (IFRS).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2019

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto em seu Regimento Interno, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do respectivo Relatório da Administração e do Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, recomendam ao Conselho de Administração da Companhia a aprovação das referidas demonstrações.

São Paulo, 04 de março de 2020

Comitê de Auditoria

Walter Iorio - Coordenador do Comitê

Fabio Colletti Barbosa – Membro do Conselho e do Comitê

Patrick Charles Morin Junior – Membro do Conselho e do Comitê

(Companhia aberta)

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes	17 - 22
Balanços patrimoniais	23
Demonstração do resultado	24
Demonstração do resultado abrangente	25
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	26
Demonstrações dos fluxos de caixa	27
Demonstrações do valor adicionado	28
Notas explicativas às demonstrações financeiras	29 – 91



KPMG Auditores Independentes
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein
89202-200 - Joinville/SC - Brasil
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil
Telefone +55 (47) 3205-7800
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas Conselheiros e Administradores da

Cia Hering

Blumenau – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cia Hering (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cia Hering em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Recuperabilidade de ativos fiscais diferidos

Consulte as notas explicativas 3.r e 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
A Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, ativos fiscais diferidos relativos a prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social, e diferenças temporárias, cuja recuperação está suportada por estudo técnico preparado pela Administração e que consideram estimativas futuras de geração de lucros tributáveis. A preparação desse estudo técnico envolve incertezas relacionadas às premissas e estimativas como: crescimento da receita e aumento das margens de lucro, cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido às incertezas relacionadas a premissas no processo de determinação das estimativas futuras de geração de lucros tributáveis, e pelo fato de que qualquer mudança relevante nessas premissas pode resultar em um ajuste material nos saldos dos ativos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	Com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos as projeções de lucros futuros feitas pela Companhia, assim como as avaliações econômico-financeiras que fundamentaram a expectativa de crescimento da receita, margem de lucro e de rentabilidade da controladora contida nestas projeções. Comparamos o resultado esperado de geração de lucro tributável futuro com o limite do valor registrado como ativo fiscal diferido e sua consistência com as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, obtivemos evidências de aprovação do estudo técnico de recuperação dos impostos diferidos ativos pelos órgãos de governança da Companhia. Como resultado dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os ativos fiscais diferidos e as divulgações correlatas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Provisões, ativos e passivos contingentes – tributárias, trabalhistas e cíveis

Consulte as notas explicativas 3.I e 19 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
A Companhia possui ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, que envolvem matérias tributárias, principalmente relacionados à utilização de créditos tributários, e também matérias trabalhistas e cíveis. O reconhecimento de ativos ou de passivos decorrente de ações judiciais e administrativas, ou mesmo da tomada de decisão sobre utilização de créditos tributários, requerem julgamento da Companhia e de seus assessores jurídicos, principalmente porque há relevante complexidade na legislação brasileira, posicionamentos antagônicos de órgãos e entidades competentes, e diferentes interpretações sobre o mesmo tema que podem ser igualmente válidas. Devido ao uso de julgamentos significativos sobre o reconhecimento de ativos e passivos decorrentes de ações judiciais e administrativas, e nas tomadas de decisões sobre a utilização de créditos tributários, ou na possibilidade de mudanças nas condições externas, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, e o fato de que essas mudanças podem impactar significativamente as divulgações e os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	Com o apoio dos nossos especialistas legais e tributários, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação dos critérios e julgamentos utilizados pela Companhia para classificação do risco de perda ou de sucesso das demandas judiciais e administrativas, incluindo a dos créditos tributários, a serem registrados nas demonstrações financeiras Avaliamos os critérios e julgamentos utilizados para classificação do risco de perda ou de sucesso das demandas judiciais e administrativas, incluindo a avaliação sobre a utilização de créditos tributários, com base nas confirmações externas recebidas dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia e nas jurisprudências, pareceres e opiniões legais, quando aplicável. Avaliamos, ainda, se as divulgações em notas explicativas consideram todos os aspectos relevantes. Como resultado dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os registros contábeis de provisões e créditos tributários, assim como suas respectivas divulgações correlatas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos

aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 4 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8



Cristiano Jardim Seguecio
Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS

CIA HERING

BALANÇOS PATRIMONIAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018	2019	2018
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	5	364.423	319.417	364.824	320.540	Fornecedores	22	187.008	207.909	187.008	207.909
Contas a receber de clientes	7	441.479	459.052	441.508	459.074	Salários e encargos sociais	16	36.337	42.584	36.337	42.584
Estoques	9	322.824	320.142	322.824	320.142	Parcelamentos tributários e previdenciários		369	976	500	976
Impostos a recuperar	10	63.233	77.128	63.239	77.134	Imposto de renda e contribuição social a pagar		136	7	136	63
Outras contas a receber	8	17.348	10.767	17.348	10.767	Obrigações tributárias	17	24.690	20.081	24.694	20.092
Instrumentos financeiros derivativos	23.e	1.419	-	1.419	-	Provisões para contingências	19	2.420	2.420	2.420	2.420
Despesas antecipadas		2.453	1.665	2.453	1.665	Outras provisões	19	29.384	32.262	29.384	32.262
		<u>1.213.179</u>	<u>1.188.171</u>	<u>1.213.615</u>	<u>1.189.322</u>	Obrigações por incentivos fiscais	18	3	172	3	172
						Dividendos e juros de capital próprio a pagar	24.e	807	40.726	807	40.726
						Partes relacionadas	20	2.219	2.014	-	-
						Instrumentos financeiros derivativos	23.e	-	170	-	170
						Outras contas a pagar		17.135	17.499	17.135	17.499
						Passivo de arrendamento	15	26.779	-	26.779	-
								<u>327.287</u>	<u>366.820</u>	<u>325.203</u>	<u>364.873</u>
Não circulante											
Aplicações financeiras restritas	6	5.064	4.830	5.064	4.830	Parcelamentos tributários e previdenciários		1.161	1.550	1.233	1.550
Impostos a recuperar	10	27.399	16.271	27.399	16.271	Provisões para contingências	19	12.708	14.309	12.708	14.309
Impostos diferidos	11	59.041	49.977	59.041	49.977	Outras provisões	19	104	104	104	104
Contas a receber de clientes	7	10.876	8.782	10.876	8.782	Benefícios a empregados	21	5.769	2.499	5.769	2.499
Outras contas a receber	8	28.391	17.923	28.391	17.923	Obrigações por incentivos fiscais	18	490	633	490	633
Investimentos Empresas Controladas	12	2.448	3.013	-	-	Outras contas a pagar		1.165	-	1.165	85
Imobilizado	13	298.511	305.695	298.511	305.695	Passivo de arrendamento	15	38.704	-	38.704	-
Intangível	14	92.973	111.329	92.973	111.329			<u>60.101</u>	<u>19.095</u>	<u>60.173</u>	<u>19.180</u>
Ativo de direito de uso	15	75.903	-	75.903	-						
		<u>600.606</u>	<u>517.820</u>	<u>598.158</u>	<u>514.807</u>						
		<u>1.813.785</u>	<u>1.705.991</u>	<u>1.811.773</u>	<u>1.704.129</u>						
Patrimônio líquido											
							24				
						Capital social		381.166	369.618	381.166	369.618
						Reserva de capital		41.480	35.982	41.480	35.982
						Ações em tesouraria		(1.551)	(6.372)	(1.551)	(6.372)
						Reservas de lucros		998.325	914.694	998.325	914.694
						Ajuste de avaliação patrimonial		6.017	6.786	6.017	6.786
						Outros resultados abrangentes		960	(632)	960	(632)
								<u>1.426.397</u>	<u>1.320.076</u>	<u>1.426.397</u>	<u>1.320.076</u>
						Atribuído aos acionistas controladores					
								<u>1.813.785</u>	<u>1.705.991</u>	<u>1.811.773</u>	<u>1.704.129</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CIA HERING

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
 (Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita operacional líquida	26	1.549.159	1.537.300	1.549.159	1.539.568
Custo dos produtos vendidos	27	(870.519)	(883.580)	(870.519)	(883.580)
Lucro bruto		678.640	653.720	678.640	655.988
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	28	(359.579)	(353.649)	(359.579)	(353.649)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	23.a(ii)	(12.197)	(8.524)	(12.197)	(8.524)
Administrativas e gerais	29	(51.778)	(49.137)	(51.971)	(49.211)
Honorários da administração	20	(8.802)	(8.943)	(9.190)	(8.951)
Depreciação e amortização		(54.198)	(30.187)	(54.198)	(30.187)
Participação nos resultados	19	-	(783)	-	(783)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	30	(15.250)	(5.287)	(15.272)	(6.724)
Lucro operacional antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		176.836	197.210	176.233	197.959
Receitas financeiras	31	68.381	71.450	68.450	71.572
Despesas financeiras	31	(35.835)	(34.550)	(35.756)	(34.368)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		32.546	36.900	32.694	37.204
Equivalência patrimonial	12	(455)	816	-	-
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		208.927	234.926	208.927	235.163
Imposto de renda e contribuição social correntes	32	(3.120)	1.478	(3.120)	1.241
Imposto de renda e contribuição social diferidos	32	8.895	3.110	8.895	3.110
Lucro líquido do exercício		214.702	239.514	214.702	239.514
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		214.702	239.514	214.702	239.514
Lucro por ação atribuível aos acionistas controladores - R\$					
Básico	33			1,32710	1,4812
Diluído	33			1,30252	1,4476

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CIA HERING

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
 (Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício		214.702	239.514	214.702	239.514
Outros resultados abrangentes					
Itens que não serão reclassificados para o resultado:					
Benefícios a empregados - plano de previdência privada, líquido de tributos	21	(1.923)	(568)	(1.923)	(568)
		(1.923)	(568)	(1.923)	(568)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:					
Valor justo de instrumento financeiro de hedge de fluxo de caixa, líquido de tributos	23	1.592	(632)	1.592	(632)
		1.592	(632)	1.592	(632)
Resultado abrangente do exercício		<u>214.371</u>	<u>238.314</u>	<u>214.371</u>	<u>238.314</u>
Total do resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores		214.371	238.314	214.371	238.314

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CIA HERING

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais)

Em milhares de reais

	Controladora e Consolidado								
			Reservas de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial		
	Capital social	Reserva de capital	Incentivos fiscais	Legal	Retenção de lucros	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio Líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	369.618	30.815	703.633	51.462	70.363	-	-	7.021	1.232.912
Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de previdencia privada e saúde	-	-	-	-	-	-	-	(568)	(568)
Transferência dos ganhos e perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	(568)	568	-
Plano de remuneração por ações	-	5.167	-	-	-	-	-	-	5.167
Ações em tesouraria adquiridas	-	-	-	-	-	(7.080)	-	-	(7.080)
Ações em tesouraria vendidas	-	-	-	-	27	708	-	-	735
Correção monetária imobilizado - realização	-	-	-	-	-	-	235	(235)	-
Ajuste instrumentos financeiros em aberto - hedge accounting	-	-	-	-	-	-	-	(632)	(632)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	239.514	-	239.514
Destinações:									
Reserva legal	-	-	-	5.094	-	-	(5.094)	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	137.628	-	-	-	(137.628)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(69.986)	-	(69.986)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(79.986)	-	(79.986)
Utilização de reserva de retenção de lucros para pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(53.513)	-	53.513	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	369.618	35.982	841.261	56.556	16.877	(6.372)	-	6.154	1.320.076
Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de previdencia privada e saúde (nota explicativa 21)	-	-	-	-	-	-	(1.923)	-	(1.923)
Plano de remuneração por ações (nota explicativa 25)	-	5.498	-	-	-	-	-	-	5.498
Ações em tesouraria vendidas (nota explicativa 24.b)	-	-	-	-	1.571	4.821	-	-	6.392
Correção monetária imobilizado - realização	-	-	-	-	-	-	769	(769)	-
Ajuste instrumentos financeiros - hedge accounting (nota explicativa 23.e)	-	-	-	-	-	-	-	1.592	1.592
Aumento de capital com reserva de incentivos fiscais	330	-	(330)	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital pelo exercício de stock options (nota explicativa 25)	11.218	-	-	-	-	-	-	-	11.218
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	214.702	-	214.702
Destinações:									
Reserva legal (nota explicativa 24.d)	-	-	-	3.403	-	-	(3.403)	-	-
Reserva de incentivos fiscais (nota explicativa 24.d)	-	-	146.648	-	-	-	(146.648)	-	-
Dividendos (nota explicativa 24.e)	-	-	(49.992)	-	-	-	-	-	(49.992)
Juros sobre Capital Próprio (nota explicativa 24.e)	-	-	-	-	-	-	(81.166)	-	(81.166)
Utilização de reserva de retenção de lucros para pagamento de juros sobre capital próprio (nota explicativa 24)	-	-	-	-	(17.669)	-	17.669	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	381.166	41.480	937.587	59.959	779	(1.551)	-	6.977	1.426.397

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais)

Em milhares de Reais/

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2019	2018	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		214.702	239.514	214.702	239.514
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	32	(8.895)	(3.110)	(8.895)	(3.110)
Variações monetária, cambial e juros	15	4.828	2.140	4.828	2.140
Depreciação e amortização	13/14 / 15	56.956	61.598	56.956	61.598
Depreciação e amortização - arrendamento mercantil	15	31.468	-	31.468	-
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	23	12.197	8.524	12.197	8.524
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis	13/14	(170)	1.572	(170)	1.572
Resultado da baixa de arrendamento e Fundo de comércio	15	94	-	94	-
Plano de opção de compra de ações	25	5.498	5.167	5.498	5.167
(Reversão) líquida de constituição de provisão para ajuste a valor de realização estoques	9	3.001	(1.721)	3.001	(1.721)
(Reversão) líquida de constituição de provisão para contingências	19	5.744	2.870	5.744	2.870
Benefícios a empregados	21	357	252	357	252
Equivalência patrimonial	12	455	(816)	-	-
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		3.282	(13.930)	3.275	(13.655)
Estoques		(5.683)	31.114	(5.683)	31.114
Impostos a recuperar		5.209	(31.315)	5.209	(31.316)
Outros ativos		(6.994)	2.575	(6.994)	2.576
Fornecedores		(20.901)	80.737	(20.901)	80.737
Contas a pagar e provisões		(13.427)	(13.123)	(13.512)	(13.136)
Imposto de renda e contribuição social		129	992	73	972
IRPJ e CSLL pagos		-	(992)	-	(992)
Obrigações tributárias		3.301	(6.392)	3.497	(6.410)
Dividendos recebidos	12	510	548	-	-
Juros pagos por empréstimos e arrendamento	15	(4.828)	(3.820)	(4.828)	(3.820)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		286.833	362.384	285.916	362.876
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aumento em investimento	12	(400)	-	-	-
Aquisições de ativo imobilizado	13	(48.663)	(33.341)	(48.663)	(33.341)
Aquisições de ativo intangível	14	(10.961)	(16.280)	(10.961)	(16.280)
Aquisições de ativos de direito de uso (fundo de comércio)	15	(5.060)	-	(5.060)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(65.084)	(49.621)	(64.684)	(49.621)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital	25	11.218	-	11.218	-
Aplicações financeiras		(234)	407	(234)	407
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		(171.077)	(109.986)	(171.077)	(109.986)
Pagamento de principal de arrendamento	15	(23.247)	-	(23.247)	-
Pagamentos de empréstimos		-	(25.612)	-	(25.612)
Aquisição de ações para tesouraria	24.b	-	(7.080)	-	(7.080)
Alienação de ações em tesouraria, pelo exercício de opção de compra	24.b	6.392	735	6.392	735
Partes relacionadas		205	307	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(176.743)	(141.229)	(176.948)	(141.536)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		45.006	171.534	44.284	171.719
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		319.417	147.883	320.540	148.821
No fim do exercício		364.423	319.417	364.824	320.540
		45.006	171.534	44.284	171.719

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CIA HERING

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas				
Vendas de mercadoria (receita bruta)	1.815.626	1.804.410	1.815.626	1.806.814
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(12.197)	(8.524)	(12.197)	(8.524)
	1.803.429	1.795.886	1.803.429	1.798.290
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Matérias-primas consumidas	(315.426)	(304.014)	(315.426)	(304.150)
Custos das mercadorias vendidas	(267.909)	(289.373)	(267.909)	(289.373)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(455.553)	(442.048)	(456.052)	(443.620)
	(1.038.888)	(1.035.435)	(1.039.387)	(1.037.143)
Retenções				
Depreciação e amortização	(88.424)	(61.598)	(88.424)	(61.598)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	676.117	698.853	675.618	699.549
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	(455)	816	-	-
Receitas financeiras	68.381	71.450	68.450	71.572
Aluguéis	24	156	24	156
	67.950	72.422	68.474	71.728
Valor adicionado total a distribuir	744.067	771.275	744.092	771.277
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	237.818	211.642	237.818	211.642
Benefícios	26.803	25.683	26.803	25.683
F.G.T.S.	15.070	15.466	15.070	15.466
	279.691	252.791	279.691	252.791
Tributos				
Federais	139.156	142.471	139.156	142.709
Estaduais	47.488	50.066	47.488	50.066
Municipais	2.051	2.122	2.051	2.122
	188.695	194.659	188.695	194.897
Remuneração do capital de terceiros				
Juros	4.828	2.140	4.828	2.140
Aluguéis	26.976	54.023	26.976	54.023
Outros	29.175	28.148	29.200	27.912
	60.979	84.311	61.004	84.075
Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre capital próprio	81.166	79.986	81.166	79.986
Dividendos	-	69.986	-	69.986
Lucros retidos	133.536	89.542	133.536	89.542
	214.702	239.514	214.702	239.514
Valor adicionado total distribuído	744.067	771.275	744.092	771.277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Cia. Hering com sede em Blumenau, Santa Catarina, e unidades de produção nos Estados de Santa Catarina, Goiás e Rio Grande do Norte, foi fundada em 1880 e tem como atividade preponderante a fabricação e comercialização de produtos da indústria de fiação, tecelagem e malharia e confecção de produtos têxteis em geral.

As ações da Companhia são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), sob o código HGTX3.

2 Base de preparação

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais do Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 04 de março de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando as notas explicativas indicarem o contrário.

(c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo.

(d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e BRGAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

Nota 11 – Realização de imposto de renda diferido

Nota 13 - Vida útil dos ativos imobilizados

Nota 19 – Provisão para riscos e outras provisões

Nota 15 – Classificação e contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil

Nota 23 – Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros

3 Principais políticas contábeis

(a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Cia. Hering e suas controladas a seguir relacionadas:

	País	Participação (%)	
		2019	2018
HRG Comércio do Vestuário e Intermediação de Serviços Financeiros Ltda.	Brasil	99,99	99,99
Hering Internacional SAFI	Uruguai	100,00	100,00

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pelo CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

- A Companhia inclui em sua consolidação todas as sociedades controladas nas quais a controladora, direta ou indireta, possui influência significativa que assegurem aos seus acionistas de modo permanente e preponderante o poder de controlar a maioria dos administradores.
- Todos os saldos intragrupo, receitas, despesas, ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.
- Eliminação das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades.
- Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio.

(b) Moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças registradas na demonstração do resultado.

(c) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente e mensurados de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de resultado abrangente e (iii) valor justo por meio do resultado. Para definir a classificação dos ativos financeiros de acordo com a norma CPC 48 / IFRS 9, a Companhia avaliou o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2019 são classificados da seguinte forma:

Custo amortizado

Ativos financeiros mantidos pela Companhia para obter fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor do principal e juros, quando aplicável. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos (quando aplicável) e são avaliados por *impairment* a cada data de balanço. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado, bem como qualquer ganho ou perda no desreconhecimento. São classificados nessa categoria caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos, com as variações reconhecidas no resultado financeiro.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, outras contas a pagar, dividendos a pagar, passivo de arrendamento e partes relacionadas. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de câmbio.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de “*Hedge accounting*”, nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de hedge.

A Companhia designa certos instrumentos de hedge para risco nas variações das taxas de câmbio em compromissos firmes, como hedge de fluxo de caixa.

No início da relação de hedge, para a adoção do “*Hedge Accounting*”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de hedge. Adicionalmente, no início do hedge e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de hedge usado em uma relação de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de hedge, atribuível ao risco sujeito a hedge.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. Entretanto, quando uma transação prevista objeto de hedge resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos e as perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são transferidos para a mensuração inicial do custo desse ativo ou passivo.

A contabilização de “*Hedge Accounting*” é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de hedge, o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de hedge. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os derivativos não designados como instrumentos de hedge são classificados como ativo ou passivo de acordo com fluxo de vencimento.

A nota explicativa 23 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação.

As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

(e) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente. As perdas de créditos esperadas foram constituídas em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

(f) Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao custo de reposição e ao valor líquido de realização dos dois o menor, quando aplicável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção, baseados na ocupação normal da capacidade produtiva. As provisões de estoques para realização (redução a valor de mercado) e para estoques de baixo giro e/ou obsoletos são constituídas sempre que identificados.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

(g) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando existentes.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o exercício, foram calculadas utilizando a média ponderada da vida útil dos bens de cada grupo, e estão demonstradas abaixo:

Descrição	Vida útil média (em anos)
Edifícios e benfeitorias	31,26
Instalações e equipamentos de produção	10,04
Móveis e utensílios	6,21
Bens de informática	4,67
Veículos	4,53
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7,27

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja necessário.

(iii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(h) Ativo intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

A Companhia possui marcas e patentes e software reconhecidos como ativos intangíveis. O valor de marcas e patentes refere-se ao registro das marcas da Companhia junto às entidades nacionais e internacionais competentes, os quais são amortizados segundo o prazo de validade dos registros. O valor de software, refere-se aos softwares adquiridos de terceiros e gerados internamente que são amortizados pela vida útil definida em laudo de avaliação. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(ii) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Descrição	Vida útil média (em anos)
Marcas e patentes	10,00
Software	8,48

Os métodos de amortização as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja necessário.

(iii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(i) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidência de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e, que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sob condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensurados a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

(j) Ativo de direito de uso e arrendamentos

A Companhia adotou o CPC 06(R2) / IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. Os efeitos da adoção decorrentes da adoção deste pronunciamento estão apresentados na nota explicativa 3.v.

(i) Arrendamentos

A nova política contábil aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, onde no início do contrato a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento.

Um contrato é, ou contém, um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício de tempo em troca de pagamentos, para o qual é necessário avaliar se: (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado; (ii) a Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o exercício do contrato; e (iii) a Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo. Significa que a Companhia tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado em ou antes da data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se a taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança (i) nos pagamentos futuros decorrente de uma mudança no índice ou taxa (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido ou (iii) mudanças na avaliação se a Companhia de que exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa ao longo do período do arrendamento.

(ii) Fundo de comércio

O fundo de comércio, refere-se ao registro dos pontos comerciais das lojas próprias os quais são amortizados pelo tempo de vigência dos contratos. A amortização do fundo de comércio é calculada sobre o custo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação a vida útil estimada, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil do fundo de comércio está estimada em 5 anos, sendo revista a cada encerramento de exercício e ajustada caso necessário.

(k) Benefícios a empregados

A Companhia concede a seus administradores, executivos e colaboradores, diversos benefícios usuais de mercado. A fim de melhor alinhar os interesses dos administradores, executivos e da equipe de colaboradores, a Companhia concede também os seguintes benefícios:

(i) Planos de benefícios definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A Companhia possui plano de previdência privada para seus funcionários (planos de benefício definido). Os cálculos atuariais são realizados anualmente por um atuário qualificado e independente contratado pela Companhia. A obrigação líquida da Companhia quanto ao benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores, aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação nas demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano.

Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do exercício médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (vested). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Remensurações, compostas de ganhos e perdas atuariais, do efeito do limite de ativos (assets ceiling) e o retorno sobre os ativos do plano, ambos excluindo juros líquidos, são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, em sua totalidade, no exercício em que ocorrem.

Remensurações não são reclassificados para o resultado do exercício em exercícios subsequentes.

A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes e o custo do serviço e juros no resultado.

(ii) Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão e planos de saúde é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores, aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no exercício em que surgem.

(iii) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(iv) Transações do plano baseado em ações

Os efeitos do plano baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas. O valor justo calculado na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o exercício em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios.

(l) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação ou potencial obrigação “legal” ou “não formalizada”, presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

(m) Ajuste a valor presente

As operações de compras e vendas a prazo, pré-fixadas, foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base na taxa de 0,57% a.m e 0,60% a.m., respectivamente. Tais índices representam a taxa SELIC do exercício nas operações de compras e taxa de desconto no pagamento antecipado nas operações de venda. Não foram utilizadas premissas que levassem em consideração fatores de risco de crédito ou outros aspectos de risco, em função da Companhia adotar um modelo simplificado e tendo em vista as características das suas operações. O prazo médio de recebimentos de contas a receber de clientes é de 85 dias, enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 68 dias.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e sua reversão tem como contrapartida a conta de resultado financeiro, pela fruição de prazo no caso de fornecedores. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes e sua realização é registrada no resultado financeiro pela fruição do prazo.

(n) Capital social

(i) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12.

(ii) Ações em Tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e registrados em conta redutora do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

(o) Receita operacional de venda de bens

A Companhia possui como prática o reconhecimento das suas receitas, levando em consideração a avaliação dos seguintes passos: (i) Identificar o contrato com o cliente; (ii) Identificar as obrigações de desempenho no contrato; (iii) Determinar o preço das transações; (iv) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; (v) Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

Sendo assim, a receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.

A receita operacional das lojas próprias é reconhecida após o faturamento e entrega da mercadoria ao cliente. A receita operacional decorrente de venda a clientes do varejo e da rede de franquias no mercado nacional e internacional é reconhecida após o faturamento e saída da mercadoria do estabelecimento da Companhia. A Companhia monitora ainda o prazo de entrega das mercadorias aos clientes e procede aos ajustes na receita operacional quando necessário.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

(p) Subvenção e assistência governamentais – Incentivos Fiscais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidas de acordo com os contratos, termos de acordo e legislação aplicáveis a cada benefício, conforme descrito na nota explicativa 18. Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade pelo regime de competência, onde os ganhos são contabilizados no grupo das deduções de vendas – impostos incidentes, nos custos dos produtos vendidos tendo como contrapartida os valores que foram financiados, registrados no passivo circulante e não circulante e atualizados conforme os respectivos contratos.

(q) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos e ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são registrados no resultado através do método de juros efetivos.

Durante o exercício de 31 de dezembro de 2019 não houve capitalização de juros sobre empréstimos.

(r) Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a recolher para as autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada anualmente a 30% do lucro real e são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e das diferenças temporárias ativas e passivas. Tais impostos encontram-se suportados por estudo de geração futura de resultados tributáveis.

O registro desses tributos diferidos levou em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis, assim como as expectativas de realização das diferenças temporárias ativas e passivas, e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária, conforme demonstrado na nota explicativa 32.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

(s) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

(t) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Direção Executiva da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual as demonstrações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Companhia e suas controladas possuem um único segmento de negócio: a produção e comercialização de artigos do vestuário e acessórios, como divulgado na nota explicativa 34.

(u) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

(v) Mudanças nas principais políticas contábeis

(i) CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos

O CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil, requerendo que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e baixo valor.

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, a informação comparativa não foi republicada e continua sendo apresentada de acordo com a norma anterior.

A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que o CPC 06(R2) / IFRS 16 foi utilizado para todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) / IAS 17 e a ICPC 03/IFRIC 4.

Esta norma impactou o registro das operações de arrendamento mercantil e operacional das lojas próprias, centro de distribuição e edificações administrativas, sendo reconhecido: (i) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; (ii) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; (iii) despesas com depreciação/amortização dos ativos; e (iv) despesas financeiras com os juros sobre o passivo de arrendamento. A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento.

Os impactos da adoção do CPC 06(R2) / IFRS 16 estão abaixo apresentados:

Impacto no Balanço Patrimonial Consolidado

31 de dezembro de 2019	Conforme			Valores sem
Em milhares de Reais	apresentado	Ajustes	Ref.	a adoção do
				CPC 06 / IFRS 16
Ativo				
Circulante	1.213.615	-		1.213.615
Não circulante	598.158	(63.746)		534.412
Outros	429.282	-		429.282
Intangível	92.973	12.157	(a)	105.130
Direito de uso	75.903	(75.903)	(a)/(b)	-
Total do Ativo	1.811.773	(63.746)		1.748.027
Passivo				
Circulante	325.203	(26.779)		298.424
Outros	298.424	-		298.424
Passivo de arrendamento	26.779	(26.779)	(b)	-
Não circulante	60.173	(38.704)		21.469
Outros	21.469	-		21.469
Passivo de arrendamento	38.704	(38.704)	(b)	-
Patrimônio Líquido	1.426.397	1.737		1.428.134
Outros	1.294.015	-		1.294.015
Lucros acumulados	132.382	1.737	(c)	134.119
Total do Passivo	1.811.773	(63.746)		1.748.027

Impacto nas Demonstrações do resultado consolidado

01/01/2019 à 31/12/2019	Conforme			Valores sem
Em milhares de Reais	apresentado	Ajustes	Ref.	a adoção do
				CPC 06 / IFRS 16
Receita operacional líquida	1.549.159	-		1.549.159
Custos dos produtos vendidos	(870.519)	(303)		(870.822)
Despesas Operacionais	(448.209)	(24.725)		(472.934)
Depreciação e Amortização	(54.198)	21.937		(32.261)
Resultado Financeiro	32.694	4.828		37.522
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.775	-		5.775
Lucro líquido do período	214.702	1.737	(c)	216.439

Impacto na Demonstração dos Fluxos de Caixa

01/01/2019 à 31/12/2019	Conforme		Valores sem
Em milhares de Reais	apresentado	Ajustes	a adoção do
			CPC 06 / IFRS 16
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período	214.702	1.737	216.439
Depreciação e amortização	88.424	(25.067)	63.357
Outros	22.655	(4.745)	17.910
Variações nos ativos e passivos	(39.865)	-	(39.865)
Caixa líquido geradas nas atividades operacionais	285.916	(28.075)	257.841
Caixa líquido aplicadas nas atividades de investimento	(64.684)	-	(64.684)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Outros	(153.701)	-	(153.701)
Pagamento de principal de arrendamento	(23.247)	28.075	4.828
Caixa líquido geradas nas atividades de financiamentos	(176.948)	28.075	(148.873)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	44.284		44.284
No início do exercício	320.540		320.540
No fim do exercício	364.824		364.824
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	44.284		44.284

(a) Refere-se a reclassificação de Fundo de Comercio do Intangível para Ativos de Direito de Uso.

(b) O ajuste apresentado refere-se ao reconhecimento de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento dos contratos de aluguéis definidos como arrendamento mercantil de acordo com IFRS 16 / CPC 06 (R2). Nota explicativa 15.

(c) O ajuste apresentado refere-se ao impacto no resultado da adoção da nova norma que altera a forma de contabilização dos contratos de aluguéis classificados como arrendamento. Anteriormente o valor mínimo contratual de aluguel era contabilizado como despesa e a partir de 01 de janeiro de 2019 contabilizados como ativo e passivo ajustados a valor presente. Mensalmente o valor do ativo é depreciado conforme prazo contratual e o valor registrado na rubrica de depreciação e amortização e o valor do passivo é ajustado pelos juros incorridos e o valor registrado na rubrica de despesas financeiras. O montante variável referente aos contratos de aluguel, permanecem sendo registrados como despesa operacional.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

(ii) Ativos e passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Ativos e passivos financeiros derivativos

Os contratos futuros de câmbio são mensurados a valor justo.

(iv) Transações do plano baseado em ações, liquidável em ações.

O valor justo das opções das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se a fórmula Black-Scholes para o 5º programa e Binomial para o 6º ao 10º programa do Plano de 2008 e 1º ao 3º programa do Plano de 2017.

Variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada da volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos).

Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

Os efeitos do plano baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas (nota explicativa 25).

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
Circulante	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos	25.317	34.639	25.718	35.762
Caixa e bancos - Moeda estrangeira	3.258	6.546	3.258	6.546
Aplicações financeiras:				
Renda fixa - CDB	335.848	278.232	335.848	278.232
	<u>364.423</u>	<u>319.417</u>	<u>364.824</u>	<u>320.540</u>

A Companhia possui valores em caixa, conta corrente e aplicações financeiras em renda fixa – CDB de resgate imediato, sendo a remuneração entre 97,7% a 100,2% da variação do CDI, cujo prazo médio de vencimento é de três meses.

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 23.

6 Aplicações financeiras restritas

A Companhia mantém em conta bancária própria, o montante de R\$ 5.064 (R\$ 4.830 em 31 de dezembro de 2018) em aplicações de certificados de depósitos bancários – CDB, com rendimento de 99,00% do CDI, que serão mantidas até o vencimento, vinculados ao Plano de Benefício Hering-Prev, para equacionar o resultado deficitário existente no plano, conforme determina a legislação.

7 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
Circulante	2019	2018	2019	2018
No país	454.788	470.638	454.817	470.660
No exterior	16.523	15.232	16.523	15.232
	471.311	485.870	471.340	485.892
Ajuste a valor presente	(5.542)	(6.225)	(5.542)	(6.225)
Perdas de créditos esperadas	(24.290)	(20.593)	(24.290)	(20.593)
	(29.832)	(26.818)	(29.832)	(26.818)
	<u>441.479</u>	<u>459.052</u>	<u>441.508</u>	<u>459.074</u>
Não circulante				
No país	10.876	8.782	10.876	8.782
	<u>452.355</u>	<u>467.834</u>	<u>452.384</u>	<u>467.856</u>

O movimento do valor do ajuste a valor presente durante o exercício foi o seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Saldo no início do exercício	(6.225)	(6.412)
Adições	(33.768)	(36.057)
Baixas	34.451	36.244
Saldo no final do exercício	<u>(5.542)</u>	<u>(6.225)</u>

A realização do ajuste a valor presente ocorrerá de acordo com o prazo de recebimento do contas a receber, cujo prazo médio é de 85 dias.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber é divulgada na nota explicativa 23.

8 Outras contas a receber

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Circulante		
Adiantamento a fornecedores internos	28	372
Adiantamento a funcionários	3.023	3.591
Contas a receber plano de reforma franquias	6.091	6.668
Contas a receber venda de ativo imobilizado (a)	5.556	-
Outros	2.650	136
	<u>17.348</u>	<u>10.767</u>
	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Não circulante		
Fomentar – Bolsa Garantia	838	838
Depósitos judiciais tributários	8.131	2.596
Depósitos judiciais trabalhistas e cíveis	11.602	12.538
Contas a receber venda de ativo imobilizado (a)	5.400	-
Outros	2.420	1.951
	<u>28.391</u>	<u>17.923</u>

(a) O montante é composto principalmente, pelas vendas das unidades de Encano, Ibirama e Rodeio/SC, sendo que parte do valor foi recebido em outubro e novembro de 2019 e saldo remanescente será recebido em 30 parcelas mensais e não possui atualizações monetárias.

9 Estoques

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Produtos acabados	137.743	123.745
Produtos para revenda	64.677	69.662
Produtos em elaboração	64.064	65.586
Estoque em poder de terceiros	17.610	17.333
Matérias-primas	43.425	30.999
Importações em andamento	11.763	26.274
Provisão para ajuste a valor de realização	(16.458)	(13.457)
	<u>322.824</u>	<u>320.142</u>

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, bem como sobras de coleções, foram objeto de constituição de provisões para o ajuste ao valor de realização.

Durante o exercício, a provisão para ajuste dos estoques ao valor de realização apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Saldo no início do exercício	(13.457)	(15.178)
Constituição de provisão	(14.962)	(6.628)
Reversão de provisão por venda ou baixa	11.961	8.349
Saldo no final do exercício	<u>(16.458)</u>	<u>(13.457)</u>

A Companhia não possui estoques dados em garantia.

10 Impostos a recuperar

A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais que estão contabilizados no ativo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de sua realização, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
Circulante	2019	2018	2019	2018
IPI	1.086	430	1.086	430
ICMS a recuperar (a)	40.241	40.392	40.241	40.392
ICMS a recuperar - CIAP	1.924	1.722	1.924	1.722
IRPJ e CSLL a compensar (b)	4.817	18.599	4.817	18.599
INSS a recuperar (c)	4.391	6.592	4.391	6.592
IRRF a compensar	3.657	2.571	3.657	2.571
PIS e COFINS a recuperar (d)	4.069	5.034	4.069	5.034
PIS e COFINS s/imobilizado	532	-	532	-
Outros	2.516	1.788	2.522	1.794
	<u>63.233</u>	<u>77.128</u>	<u>63.239</u>	<u>77.134</u>

	Controladora e Consolidado	
Não Circulante	2019	2018
IPTU (e)	2.424	2.424
ICMS a recuperar (a)	12.973	5.853
ICMS a recuperar - CIAP	3.519	3.517
IRRF e INSS a compensar	395	1.343
PIS e COFINS s/imobilizado	4.778	-
Outros	3.310	3.134
	<u>27.399</u>	<u>16.271</u>

(a) ICMS a recuperar – Créditos decorrentes do fluxo normal de operações da Companhia em Santa Catarina e da compra de créditos de ICMS dos estados de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais que serão compensados com débitos de ICMS apurados em períodos futuros.

(b) IRPJ e CSLL a compensar – A Companhia recolheu imposto de renda e contribuição social com base no balancete de suspensão e redução em 2017 e 2018. Foram pagas antecipações superiores ao valor apurado no ano. Os valores recolhidos no período foram revertidos para esta rubrica para fins de compensação com o imposto de renda e contribuição social devidos em períodos de apuração futuros. Valores a compensar apurados, referente período base 2017, foram consumidos em 2019.

(c) INSS a recuperar - A Companhia realizou levantamento de crédito de contribuição previdenciária patronal recolhida indevidamente sobre os valores descontados das folhas de pagamento a título de vale transporte e vale refeição do período de junho de 2013 até julho de 2018 e do FAP recolhido a maior no período de abril de 2014 até dezembro de 2015. Em 2019 foi reconhecido novo crédito complementar de R\$ 10.777, sendo R\$ 8.320 de principal e R\$ 2.457 de atualização monetária. Em 2019 foi utilizado para compensação, dos créditos levantados, o montante de R\$ 8.210. O saldo de R\$ 4.391 será compensado com débitos de INSS de períodos futuros.

(d) PIS e COFINS a recuperar – A Companhia realizou um levantamento de créditos de PIS e COFINS em 2019, no montante de R\$ 24.286, referente a despesas essenciais não creditadas anteriormente, sendo parte desse crédito compensado no exercício.

(e) Imposto predial e territorial urbano (IPTU) – a Companhia registrou em 2006, o crédito referente ao IPTU, devido ao ganho da Ação Ordinária, visando o reconhecimento da inconstitucionalidade nas exigências de IPTU progressivo em relação ao período de 1999 a 2003, com trânsito julgado em 9 de outubro de 2006. O saldo atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 2019 corresponde ao montante de R\$ 2.424, montante que está aguardando a ordem de precatórios junto a prefeitura para crédito à Companhia.

11 Impostos diferidos

(a) Composição

A Companhia possui créditos tributários decorrentes dos prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas de contribuição social do exercício corrente, sem prazo de prescrição, e das adições e exclusões temporárias, como demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
Ativo	2019	2018
Prejuízos fiscais e base negativa	31.256	23.140
AVP - clientes e fornecedores	1.127	1.072
Provisão para contingências	5.143	5.688
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	8.259	7.002
Provisão para despesas administrativas	1.278	1.953
Provisão para PPR	24	24
Provisão para despesas comerciais	2.887	2.823
Provisão para despesas variáveis de vendas	5.381	5.600
Provisão para perda estoques obsoletos	4.741	4.235
Passivo atuarial benefícios a empregados	1.961	850
Variação cambial ativa e passiva (líquido)	190	201
Outras diferenças temporárias	727	781
Total do ativo	62.974	53.369
Passivo		
Tributos sobre correção monetária imobilizado	(3.101)	(3.496)
Tributos sobre hedge accounting	(495)	326
Outras diferenças temporárias	(337)	(222)
Total do passivo	(3.933)	(3.392)
Total líquido	59.041	49.977

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com lucros tributáveis.

O registro do crédito tributário está suportado por projeções que demonstram que a Companhia apurará lucros tributáveis em exercícios futuros, em montantes considerados suficientes para a realização de tais valores. Tais projeções foram preparadas com base no plano futuro de negócios, elaborado pela Administração da Companhia, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 12 de dezembro de 2019. Para elaborar as projeções dos lucros tributáveis futuros, a Companhia utiliza premissas alinhadas com suas estratégias corporativas, tais como, crescimento da receita e aumento das margens de lucros, no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. De acordo com esse plano de negócios, tais créditos serão realizados até o exercício de 2024.

Periodicamente a Administração reavalia o resultado efetivo desse plano de negócio na geração de lucros tributáveis e, consequentemente, reavalia a expectativa de realização desses créditos tributáveis registrados.

A Administração, com base em suas projeções de resultado, estima que os créditos tributários registrados serão integralmente realizados, conforme demonstrado a seguir:

2020	22.324
2021	19.787
2022	11.282
2023	4.990
2024 em diante	4.591
	<u>62.974</u>

As premissas relativas à perspectiva dos negócios, as projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia, constituem-se em previsões e foram baseadas nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

(b) Movimentação dos tributos diferidos no exercício

	Controladora e Consolidado						
	2017	Reconhe- cido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	2018	Reconhe- cido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	2019
Ativo							
Prej. fiscais e base negativa	11.957	11.183	-	23.140	8.116	-	31.256
AVP - Clientes e fornecedores	1.813	(741)	-	1.072	55	-	1.127
Passivo atuarial benefício empregados	472	86	292	850	121	990	1.961
Provisões temporárias	35.396	(7.290)	-	28.106	334	-	28.440
Variação cambial líquida	310	(109)	-	201	(11)	-	190
	49.948	3.129	292	53.369	8.615	990	62.974
Passivo							
Tributos sobre correção monetária imobilizado	(3.616)	120	-	(3.496)	395	-	(3.101)
Tributos sobre hedge	-	-	326	326	-	(821)	(495)
Outras diferenças temporárias	(83)	(139)	-	(222)	(115)	-	(337)
	(3.699)	(19)	326	(3.392)	280	(821)	(3.933)
Total líquido	46.249	3.110	618	49.977	8.895	169	59.041

12 Investimentos

Abaixo demonstramos um sumário das informações das investidas e o resultado de equivalência patrimonial apurado durante o exercício:

	HRG Com. Vest. Interm. de Serviços Finan. Ltda.	Hering Internac. S.A – SAFI	2019	2018
Total de ativos circulante e não circulante	594	2.060	2.654	3.164
Total de passivos circulante e não circulante	206	-	206	151
Patrimônio líquido	388	2.060	2.448	3.013
Receitas líquidas do exercício	-	-	-	2.268
Resultado do exercício	(506)	(35)	(541)	524
Participação no capital em %	99,99%	100,00%		
Saldo no início do exercício	1.000	2.013	3.013	2.745
Aumento de capital	400	-	400	-
Dividendos	(510)	-	(510)	(548)
Equivalência patrimonial	(502)	47	(455)	816
Investimento pela equivalência patrimonial	<u>388</u>	<u>2.060</u>	<u>2.448</u>	<u>3.013</u>

13 Ativo imobilizado

(a) Composição da movimentação do custo e depreciação

	Controladora e Consolidado								
	2017	Adições	Transfe- rências	Baixas	2018	Adições	*Transfe- rências	Baixas	2019
Custo:									
Edifícios e benfeitorias	127.305	30	91	(31)	127.395	30	760	(11.691)	116.494
Instalações e equip. produção	253.277	7.059	17.154	(6.658)	270.832	17.903	12.398	(17.583)	283.550
Móveis e utensílios	41.444	3.207	26	(799)	43.878	2.500	54	(3.811)	42.621
Bens de informática	44.548	4.230	148	(689)	48.237	4.299	300	(2.847)	49.989
Veículos	2.614	230	-	(411)	2.433	111	-	(595)	1.949
Benfeit. imóveis de terceiros	65.022	15	5.751	(283)	70.505	256	2.958	(1.576)	72.143
Terrenos	29.011	30	-	(46)	28.995	-	-	(1.357)	27.638
Imobilização em andamento	22.690	18.540	(23.170)	(848)	17.212	23.564	(18.912)	(202)	21.662
	585.911	33.341	-	(9.765)	609.487	48.663	(2.442)	(39.662)	616.046
Depreciação:									
Edifícios e benfeitorias	(36.364)	(4.055)	-	21	(40.398)	(4.019)	-	4.964	(39.453)
Instalações e equip. produção	(138.914)	(18.041)	-	6.169	(150.786)	(18.451)	-	14.959	(154.278)
Móveis e utensílios	(26.316)	(4.764)	-	724	(30.356)	(4.493)	-	3.046	(31.803)
Bens de informática	(33.448)	(5.174)	-	679	(37.943)	(5.030)	-	2.745	(40.228)
Veículos	(2.069)	(198)	-	354	(1.913)	(208)	-	561	(1.560)
Benfeit. imóveis de terceiros	(33.348)	(9.294)	-	246	(42.396)	(9.113)	-	1.296	(50.213)
	(270.459)	(41.526)	-	8.193	(303.792)	(41.314)	-	27.571	(317.535)
Saldo Líquido:									
Edifícios e benfeitorias	90.941	(4.025)	91	(10)	86.997	(3.989)	760	(6.727)	77.041
Instalações e equip. produção	114.363	(10.982)	17.154	(489)	120.046	(548)	12.398	(2.624)	129.272
Móveis e utensílios	15.128	(1.557)	26	(75)	13.522	(1.993)	54	(765)	10.818
Bens de informática	11.100	(944)	148	(10)	10.294	(731)	300	(102)	9.761
Veículos	545	32	-	(57)	520	(97)	-	(34)	389
Benfeit. imóveis de terceiros	31.674	(9.279)	5.751	(37)	28.109	(8.857)	2.958	(280)	21.930
Terrenos	29.011	30	-	(46)	28.995	-	-	(1.357)	27.638
Imobilização em andamento	22.690	18.540	(23.170)	(848)	17.212	23.564	(18.912)	(202)	21.662
	315.452	(8.185)	-	(1.572)	305.695	7.349	(2.442)	(12.091)	298.511

* O saldo de transferencias, refere-se a créditos de PIS e COFINS sobre imobilizado, de períodos anteriores, que foram reduzidos das contas de ativo imobilizado e acrescentados em impostos a recuperar.

(b) Revisão de vida útil

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja necessário.

(c) Bens dados em garantia e penhora

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia possuía bens do ativo imobilizado dados como garantia de incentivos fiscais no montante de R\$ 1.103, conforme demonstrados na nota explicativa 18.c.

(d) Valor recuperável do ativo imobilizado

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável do ativo.

14 Intangível

(a) Composição da movimentação do custo e amortização

	Controladora e Consolidado								
	2017	Adições	Transfe- rências	Baixas	2018	Adições	*Transfe- rências	Baixas	2019
Custo:									
Marcas e patentes	2.952	-	-	-	2.952	-	-	-	2.952
Fundo de comércio	65.224	301	-	(794)	64.731	-	(64.731)	-	-
Software	131.656	3.625	5.165	(92)	140.354	638	23.422	(259)	164.155
Intangível em andamento software	12.930	12.354	(5.165)	-	20.119	10.323	(23.422)	-	7.020
	212.762	16.280	-	(886)	228.156	10.961	(64.731)	(259)	174.127
Amortização:									
Marcas e patentes	(2.542)	(94)	-	-	(2.636)	(84)	-	-	(2.720)
Fundo de comércio	(44.556)	(7.294)	-	794	(51.056)	-	51.056	-	-
Software	(50.543)	(12.684)	-	92	(63.135)	(15.558)	-	259	(78.434)
	(97.641)	(20.072)	-	886	(116.827)	(15.642)	51.056	259	(81.154)
Saldo Líquido:									
Marcas e patentes	410	(94)	-	-	316	(84)	-	-	232
Fundo de comércio	20.668	(6.993)	-	-	13.675	-	(13.675)	-	-
Software	81.113	(9.059)	5.165	-	77.219	(14.920)	23.422	-	85.721
Intangível em andamento software	12.930	12.354	(5.165)	-	20.119	10.323	(23.422)	-	7.020
	115.121	(3.792)	-	-	111.329	(4.681)	(13.675)	-	92.973

* O saldo de transferências, refere-se a reclassificação de Fundo de Comércio do Intangível para Ativos de Direitos de Uso conforme IFRS 16 / CPC 06 R(2) (nota explicativa 15).

(b) Revisão de vida útil

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento e exercício e ajustados caso seja necessário.

(c) Valor recuperável de ativos

O intangível tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável do ativo.

15 Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

(a) Ativo de direito de uso

Na adoção inicial a mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo dos contratos.

(i) Composição e movimentação

Controladora e Consolidado					
	Prazo médio em anos	Saldo inicial em 01/01/19	Adições	Baixas	2019
Custo:					
Lojas		64.176	13.983	(6.751)	71.408
Centro de Distribuição		5.154	750	-	5.904
Edificações		5.307	4.706	-	10.013
Fundo de Comércio		64.731	5.060	(2.194)	67.597
		139.368	24.499	(8.945)	154.922
Depreciação:					
Lojas	2 a 5	-	(20.650)	1.488	(19.162)
Centro de Distribuição	2	-	(2.993)	-	(2.993)
Edificações	5	-	(1.424)	-	(1.424)
Fundo de Comércio	5	(51.056)	(6.401)	2.017	(55.440)
		(51.056)	(31.468)	3.505	(79.019)
Saldo Líquido					
Lojas		64.176	(6.667)	(5.263)	52.246
Centro de Distribuição		5.154	(2.243)	-	2.911
Edificações		5.307	3.282	-	8.589
Fundo de Comércio		13.675	(1.341)	(177)	12.157
		88.312	(6.969)	(5.440)	75.903

Os ativos de direito de uso têm o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente. Sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável.

(b) Passivo de Arrendamento

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía 73 contratos de locação (75 em 31 de dezembro de 2018) para suas unidades comerciais, industriais e administrativas, os quais foram classificados como arrendamento mercantil operacional. Alguns destes contratos preveem uma despesa de locação variável, incidente sobre as vendas, cujo o valor permanece sendo registro de acordo com a competência da despesa.

Os contratos que foram escopo da norma, considerou-se como componente de passivo de arrendamento o valor dos pagamentos futuros de alugueis fixos (líquido de impostos), descontados a uma taxa de juros nominal.

Na adoção inicial do IFRS 16 / CPC 06 (R2), a taxa média ponderada de desconto utilizada foi de 7,5% a.a.

(i) Composição e movimentação

Controladora e Consolidado						
	Saldo inicial em 01/01/19	Adições	Pagamento de principal e juros	Juros apropriados	Baixas	2019
Lojas	64.176	13.983	(23.552)	4.218	(5.346)	53.479
Centro de Distribuição	5.153	750	(1.738)	319	-	4.484
Edificações	5.308	4.706	(2.785)	291	-	7.520
	<u>74.637</u>	<u>19.439</u>	<u>(28.075)</u>	<u>4.828</u>	<u>(5.346)</u>	<u>65.483</u>
Passivo Circulante:						26.779
Passivo não Circulante:						38.704

(ii) Estimativa de realização

	Passivo de arrendamento	Juros	Valor presente dos passivos de arrendamento
2020	30.391	(3.819)	26.572
2021	19.851	(2.205)	17.646
2022	14.392	(1.055)	13.337
2023 em diante	8.222	(294)	7.928
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>72.856</u>	<u>(7.373)</u>	<u>65.483</u>

(iii) Informações adicionais

Para a mensuração do passivo de arrendamento a Companhia adotou a taxa de juros nominal. Para fins de divulgação, conforme Ofício Circular da CVM 01/2020, mensuramos o valor do passivo de arrendamento utilizando fluxo nominal x taxa nominal. A diferença apurada entre a forma de cálculo para contabilização (fluxo real x taxa nominal) e a forma imposta pela CVM para divulgação (fluxo nominal x taxa nominal) é considerada pela Companhia imaterial. Em 31 de dezembro de 2019, utilizando como base os fluxos de caixa real, o valor do passivo de arrendamento da Companhia seria de R\$ 72.257.

Na adoção inicial do IFRS 16 / CPC 06 R (2) a Companhia entendeu que o valor utilizado para a mensuração do passivo de arrendamento deveria ser líquido de impostos (PIS e COFINS). Diante da manifestação a CVM, onde a mesma cita que o valor considerado para cálculo deve ser bruto, a Companhia realizou o levantamento dos valores e considerou a diferença imaterial.

16 Salários e encargos sociais

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Salários a pagar	8.003	9.372
Férias	14.532	17.344
INSS	9.621	10.966
FGTS	2.857	3.129
Outros	1.324	1.773
	<u>36.337</u>	<u>42.584</u>

17 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
ICMS sobre vendas	10.712	12.626	10.712	12.626
PIS e COFINS	9.262	3.051	9.262	3.051
Imposto de renda retido na fonte	2.776	2.585	2.776	2.585
Fundo Protege Goiás e FUNDERN	1.297	1.315	1.297	1.315
Outros	643	504	647	515
	<u>24.690</u>	<u>20.081</u>	<u>24.694</u>	<u>20.092</u>

18 Incentivos fiscais

A Companhia possui vigente os incentivos fiscais abaixo descritos, para os quais apresentamos os valores registrados no resultado no exercício:

	Controladora e Consolidado			
	Deduções de vendas		Custos dos produtos vendidos	
	2019	2018	2019	2018
Crédito outorgado Lei do Vestuário (GO) (a)	105.433	101.277	15.918	15.438
Crédito outorgado Atacadista (GO) (b)	1.356	1.519	173	246
Produzir (c)	5.262	-	-	-
PROADI - RN (d)	-	-	855	2.931
PROEDI - RN (e)	-	-	1.920	-
TTD - Tratamento Tributário Diferenciado (SC) (f)	10.165	11.307	958	838
Crédito Presumido Internet (SC) (g)	4.608	4.071	-	-
	<u>126.824</u>	<u>118.174</u>	<u>19.824</u>	<u>19.453</u>

(a) Crédito outorgado Lei do Vestuário (GO), concede aos estabelecimentos industriais fabricantes de vestuário e para seus estabelecimentos atacadistas um crédito presumido de 12% sobre o valor das operações interestaduais (vendas e transferências) e de 10% sobre o valor das operações no Estado de Goiás, com artigos de fabricação própria, se destinados à comercialização ou industrialização. Tal crédito é condicionado à vedação do aproveitamento de créditos de ICMS sobre as entradas de matérias primas e insumos consumidos no processo produtivo, bem como à contribuição para o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS, no montante de 15% aplicado sobre a diferença entre o valor do imposto apurado com aplicação da tributação integral e o apurado com a utilização de benefício fiscal. O referido incentivo possui prazo de validade até 31 de dezembro de 2032, conforme estabelecido por Lei Complementar.

(b) Crédito outorgado Atacadista (GO), concede aos estabelecimentos atacadistas um crédito presumido de 3% sobre o valor das operações interestaduais (vendas e transferências) de mercadorias adquiridas para revenda, destinadas à comercialização ou industrialização. Tal crédito é condicionado à contribuição para o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS, no montante de 15% aplicado sobre a diferença entre o valor do imposto apurado com aplicação da tributação integral e o apurado com a utilização de benefício fiscal. O referido incentivo possui prazo de validade até 31 de dezembro de 2022, conforme estabelecido por Lei Complementar.

(c) Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR), destinado a reforçar o capital de giro para implementação da unidade situada no município de São Luís de Montes Belos-GO. A parcela a ser liberada é utilizada por meio de dedução do pagamento do ICMS devido no mês, sendo que do valor do imposto a recolher relativo às atividades incentivadas, 2% são pagos e 98% constituem o valor do benefício. De cada parcela liberada são feitas duas contribuições para o Fundo do PROTEGE, uma contribuição de 4% estabelecida pelo contrato de concessão do incentivo e outra introduzida pelo Decreto 9433/19 em alíquotas regressivas, sendo de abril de 2019 até setembro de 2019 fixas em 15%, e a partir de outubro de 2019 reduzindo 1% ao mês até março de 2020. A partir de abril de 2020, conforme Lei nº 20.677 de 26 de dezembro de 2019, volta a alíquota fixa de 15%, por prazo indeterminado. Além do Protege, são contribuídos, a taxa de antecipação FUNPRODUZIR, com alíquota de 5% sobre o valor do benefício. As principais obrigações da Companhia pela utilização do benefício compreendem a realização de investimentos em sua unidade industrial e o pagamento de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, que estão sendo devidamente cumpridas. Pela fruição do benefício, a Companhia ofereceu bens do ativo imobilizado como garantias hipotecárias, cujo valor contábil em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 1.103, composto por imóveis da Cia. Hering. O referido incentivo possui prazo de validade até 31 de dezembro de 2032, conforme estabelecido por Lei Complementar.

(d) Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROADI) destinado a formação do ativo circulante da unidade situada no município de Parnamirim. Pelo contrato firmado, o prazo de fruição do incentivo é de 360 meses, iniciou em outubro de 2001 e finda em 2031. Os encargos de financiamento consistem em juros de 3% a.a. e atualização monetária conforme variação da TR. Não há valor limite neste benefício. O valor da parcela liberada corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) do ICMS devido no mês, e 1% deste montante liberado é quitado integralmente com um prazo de carência de 60 dias. O montante utilizado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 855 (R\$ 2.931 em 31 de dezembro de 2018) e está registrado no resultado do exercício na rubrica de Custos. Como principal obrigação pela fruição do benefício a Companhia deve manter em dia o pagamento de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias. Todas as obrigações estão sendo devidamente cumpridas pela Companhia. Este programa foi encerrado em julho de 2019, passando a vigorar, em agosto de 2019, o Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROEDI).

(e) Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROEDI), a partir de agosto de 2019, sendo extinto o PROADI, a Companhia passou a utilizar o benefício do PROEDI, que consiste no crédito presumido de ICMS de 77%, até 31 de dezembro de 2032. Como contrapartida a utilização deste benefício a Companhia irá contribuir com o percentual de 0,5% ao Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDET), e 2,5% para o Fundo de Desenvolvimento Comercial e Industrial do Rio Grande do Norte (FDCI). Como principal obrigação pela fruição do benefício a Companhia deve manter em dia o pagamento de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias. Todas as obrigações estão sendo devidamente cumpridas pela Companhia.

(f) TTD - Tratamento Tributário Diferenciado (SC) para as operações (vendas e transferências) com artigos importados destinados à revenda, que concede crédito presumido de ICMS de 3% sobre o valor das operações interestaduais, de 3% sobre o valor das operações internas destinadas a empresas com regime de apuração normal do ICMS, em que há o destaque do ICMS de 4%, e de 13,4% sobre o valor das operações internas destinadas a empresas optantes do Simples Nacional, em que há o destaque do ICMS de 17%. Tal crédito é condicionado à vedação do aproveitamento de créditos de ICMS pelas entradas, bem como à contribuição de 0,4% sobre o valor das vendas alcançadas pelo benefício para o Fundo de Desenvolvimento Social – FUNDOSOCIAL e para o Fundo de Apoio à Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior. Outras obrigações compreendem o recolhimento pontual dos tributos e controles específicos das movimentações das mercadorias importadas e revendidas, para fins de comprovação do crédito utilizado. O referido incentivo possui prazo de validade até 31 de dezembro de 2025, conforme estabelecido por Lei Complementar.

(g) Crédito presumido internet (SC), concede, nas vendas interestaduais diretas a consumidor final, realizadas por meio da internet, crédito presumido de ICMS de 10% nas operações com destaque de ICMS de 12%, de 5% nas operações com destaque de ICMS de 7% e de 3% nas operações com destaque de ICMS de 4%. Tal crédito é condicionado à vedação do aproveitamento de créditos de ICMS pelas entradas, bem como à contribuição de 0,4% sobre o valor das vendas alcançadas pelo benefício para o Fundo de Desenvolvimento Social - FUNDOSOCIAL. O referido incentivo possui prazo de validade até 31 de dezembro de 2022, conforme estabelecido por Lei Complementar.

Os incentivos fiscais que a Companhia possui são caracterizados como subvenções para investimento, sendo reconhecidos no mês de competência e contabilizados diretamente no resultado do exercício, na rubrica Deduções da Receita ou Custo dos Produtos Vendidos, em contrapartida no passivo em ICMS a recolher. Por serem caracterizados como subvenção para investimento, os incentivos são excluídos da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, resultando numa redução de R\$ 49.861 (R\$ 46.794 em 31 de dezembro de 2018), demonstrado na nota explicativa 32b.

A Companhia efetua no final do exercício social o registro contábil dos valores recebidos como subvenção para investimento dos incentivos fiscais, na conta “reserva de incentivos fiscais”, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (nota explicativa 24.d).

19 Provisões para contingências passivas, ativos contingentes e outras provisões

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

- Contingências passivas consideradas como perdas prováveis

Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões para riscos, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas, conforme apresentado abaixo, são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e custas.

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2019	2018	2019	2018
Provisões para contingências:				
Trabalhistas (a)	2.420	2.420	7.018	7.042
Tributárias (b)	-	-	2.737	2.576
Cíveis (c)	-	-	2.953	4.691
	<u>2.420</u>	<u>2.420</u>	<u>12.708</u>	<u>14.309</u>
Outras Provisões:				
Despesas comerciais (d)	24.431	24.865	-	-
Despesas administrativas (e)	4.882	7.326	104	104
Provisão para participação nos resultados (f)	71	71	-	-
	<u>29.384</u>	<u>32.262</u>	<u>104</u>	<u>104</u>
Total	<u>31.804</u>	<u>34.682</u>	<u>12.812</u>	<u>14.413</u>

(a) Trabalhistas - consistem principalmente nos pedidos de representantes e empregados que reconheçam um possível vínculo empregatício e indenizações por acidente de trabalho. Existem também demandas judiciais reclamando o adicional de insalubridade que supostamente teriam direito alguns empregados além de reclamações por responsabilidade solidária da Companhia. Para estes processos existem depósitos judiciais no montante total de R\$ 11.574 (R\$ 9.794 em 31 de dezembro de 2018).

(b) Tributárias - refere-se às discussões judiciais relativas ao INSS maternidade e Taxa coleta de lixo para os quais há depósitos judiciais no mesmo montante e Auto de infração de IRPJ e CSLL.

(c) Cíveis - refere-se à ação indenizatória e reclamações vinculadas às operações normais da Companhia. Para estes processos existem depósitos judiciais no montante total de R\$ 28 (R\$ 2.744 em 31 de dezembro de 2018).

(d) Provisão para despesas comerciais - trata-se da provisão para o pagamento das comissões a representantes, fretes sobre vendas, aluguéis e provisões referente a campanhas de vendas.

(e) Provisão para despesas administrativas - consiste principalmente na provisão para pagamentos de honorários de consultorias e provisão de energia elétrica.

(f) Provisão para participação nos resultados - A Companhia concede a todos os empregados bônus relacionado ao plano de participação nos resultados, o qual está vinculado ao alcance de objetivos específicos, baseado no cumprimento de metas individuais e corporativas, estabelecido e acordado no início de cada ano. Em 31 de dezembro de 2018 e 2019, não houve provisão em função do resultado da Companhia não ter sido suficiente para o atingimento das metas estabelecidas.

Abaixo demonstramos a movimentação ocorrida no exercício:

Controladora e Consolidado									
	2017	Adições	Reversões	Utilização	2018	Adições	Reversões	Utilização	2019
Provisões para riscos									
Trabalhistas	9.558	2.051	(152)	(1.995)	9.462	4.837	-	(4.861)	9.438
Tributárias	2.770	89	(283)	-	2.576	172	(11)	-	2.737
Cíveis	4.316	1.347	(182)	(790)	4.691	746	-	(2.484)	2.953
	<u>16.644</u>	<u>3.487</u>	<u>(617)</u>	<u>(2.785)</u>	<u>16.729</u>	<u>5.755</u>	<u>(11)</u>	<u>(7.345)</u>	<u>15.128</u>
Outras Provisões									
Despesas comerciais	21.532	153.268	-	(149.935)	24.865	131.599	-	(132.033)	24.431
Despesas administrativas	6.366	73.883	-	(72.819)	7.430	87.133	-	(89.577)	4.986
Provisão participação resultados - PPR	25.168	783	-	(25.880)	71	9.141	(9.141)	-	71
	<u>53.066</u>	<u>227.934</u>	<u>-</u>	<u>(248.634)</u>	<u>32.366</u>	<u>227.873</u>	<u>(9.141)</u>	<u>(221.610)</u>	<u>29.488</u>
Total	<u>69.710</u>	<u>231.421</u>	<u>(617)</u>	<u>(251.419)</u>	<u>49.095</u>	<u>233.628</u>	<u>(9.152)</u>	<u>(228.955)</u>	<u>44.616</u>

- Contingências passivas consideradas como perda possível

Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões em conformidade com as normas contábeis. Estas contingências estão distribuídas nas áreas tributária, trabalhista e cível, totalizando o montante de R\$ 491.605 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 393.531 em 31 de dezembro de 2018).

(i) Tributárias

Em relação às contingências possíveis de natureza tributárias, a Companhia litiga na esfera administrativa federal relativo a glosas de crédito e/ou não homologações de compensações de tributos IPI, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, cujo montante atualizado corresponde a R\$ 61.208 (R\$ 59.233 em 31 de dezembro de 2018) e Autos de Infração de tributos CIDE, IRRF, PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e Contribuições Previdenciárias, cujo montante atualizado corresponde a R\$ 211.666 (R\$ 227.253 em dezembro de 2018). Também litiga na esfera administrativa estadual de Goiás, relativo a tributo ICMS, cujo montante atualizado corresponde a R\$ 27.553 (R\$ 14.626 em dezembro de 2018).

(ii) Cíveis

No que tange às contingências cíveis, a Companhia promove contra a Massa Falida do Banco Santos, processo requerendo a declaração de quitação total de dívidas junto ao Banco Santos. Em contrapartida a Massa Falida do Banco Santos promove quatro processos contra a Cia. Hering, que tratam dos Contratos de Limite de Crédito e de Financiamento Mediante Abertura de Crédito BNDES-Exim. Dois processos pleiteiam a revogação de Cartas de quitação vinculadas a estas operações, o terceiro processo tem por pedido a execução do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito BNDES-Exim. O processo executivo lastreia-se na suposta não liquidação da obrigação assumida no referido Contrato de Financiamento. O valor executado, à época do ajuizamento da execução perfazia R\$ 50.003. A Companhia ofertou tempestivamente os embargos à execução, garantindo o juízo com fiança bancária no montante de R\$ 65.006, contratada junto ao Itaú BBA, cuja substituição foi requerida em petição juntada em 25 de junho de 2018, a fim de que passasse a corresponder ao valor atualizado da dívida, acrescido dos 30% exigidos em lei, conforme determinação judicial. A nova fiança bancária foi contratada junto ao Banco Santander em 04 de junho de 2018, no valor de R\$ 152.321. O quarto processo tem por pedido a condenação da Companhia ao pagamento de dívida advinda do suposto inadimplemento do Contrato de Limite de Crédito (ação monitória), cujo valor cobrado, à época do ajuizamento da ação perfazia R\$ 26.916. Em resumo, a pretensão total da Massa Falida do Banco Santos, atualizada monetariamente até 31 de dezembro de 2019 resulta em R\$ 213.698 (R\$ 156.488 até 31 de dezembro de 2018). A probabilidade de perda é considerada remota para R\$ 135.971 (R\$ 124.651 em 31 de dezembro de 2018) e possível para R\$ 77.727 (R\$ 31.837 em 31 de dezembro de 2018).

(iii) Trabalhistas

No que tange às contingências trabalhistas, a Companhia figura como Ré em uma Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Trabalho no Estado de Goiás relativa a alegada irregularidade no modelo de contrato de facção da empresa. O Ministério Público do Trabalho pretende, dentre outros pedidos o reconhecimento do vínculo de emprego entre a Companhia e todos os trabalhadores atuais e futuros contratados por meio de facções; a responsabilização da Companhia com relação as verbas trabalhistas provenientes destes contratos; a condenação da empresa em obrigação de não fazer consistente em se abster de utilizar ou contratar empregados por meio de contrato de facção; alternativamente que seja reconhecida a configuração de grupo econômico industrial entre a Companhia e todas as facções que lhe prestam serviços, reconhecendo-se a responsabilidade solidária da empresa pelo cumprimento de todos os direitos e encargos sociais decorrentes dos contratos de emprego firmados pelas fornecedoras e a condenação da Companhia ao pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 36.833. A Companhia apresentou defesa na presente demanda informando em suma, que não há irregularidades nas contratações das facções mencionadas pelo Ministério Público do Trabalho, bem como requerendo a improcedência da demanda. Atualmente o processo aguarda as oitivas das testemunhas que serão ouvidas através de carta precatória nas Varas do Trabalho de Blumenau/SC, Rio do Sul/SC, Anápolis/GO e Goiás/GO. Segundo o advogado responsável por representar a Companhia na ação em comento, a probabilidade de perda é considerada possível no valor total de R\$ 19.000.

- Ativos contingentes tributários

(i) Crédito de PIS e COFINS

A Companhia possui duas ações judiciais visando reconhecer seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, abrangendo os períodos da cumulatividade e da não-cumulatividade na apuração das referidas contribuições, bem como autorização para a compensação dos valores indevidamente recolhidos.

A primeira ação, abrangendo o período em que o ICMS compôs a base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS no regime cumulativo, aguarda despacho da vice-presidência do TRF4 quanto aos agravos da União em face da inadmissão do Recurso Especial e negativa de seguimento do Recurso Extraordinário. Para o presente processo, a Companhia ainda está levantando documentos e realizando os cálculos para apuração dos respectivos créditos e neste momento considera impraticável a divulgação de qualquer estimativa de valor.

Na segunda ação, abrangendo o período em que o ICMS compôs a base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS pelo regime não-cumulativo, extensivo até o período atual, a Companhia já obteve decisão em Tutela de Evidência junto ao TRF4 garantindo seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, em período imediatamente posterior à decisão proferida junto ao STF (15 de março de 2017), com efeitos já aplicados no resultado a partir de então. Referido processo se encontra em fase avançada junto ao STJ, já tendo o Ministro Relator proferido decisão monocrática negando seguimento ao Recurso Especial da União, aguardando apenas definição da Turma em face do Agravo Interno interposto pela União contra a decisão monocrática proferida. Para o presente processo, a Companhia possui levantamento preliminar de documentos e realização de cálculos que apontam para uma estimativa de créditos em valores atualizados até 31 de dezembro de 2019 na ordem de R\$ 278 mil.

Devido à não ocorrência do trânsito em julgado em nenhum dos processos da Companhia, bem como, da indefinição do STF quanto à questão suscitada no leading case pela União Federal quanto à modulação dos efeitos daquela decisão e forma de cálculo do crédito, os valores estimados poderão sofrer relevantes alterações.

(ii) Crédito de IPI

A Companhia possui decisão judicial transitada em julgado nos autos do processo nº 0000927-93.1994.4.01.3400, que reconheceu seu direito ao crédito prêmio do IPI, oriundo das operações de exportação do período de 24 de janeiro de 1989 a 05 de outubro de 1990, atualmente em fase de cumprimento de sentença, na qual serão definidos os valores (*quantum debeatur*) a receber pela Companhia. A probabilidade de êxito na opinião dos advogados patronos da causa é classificada como provável e o valor atualizado do crédito até 31 de dezembro de 2019 é estimado em R\$ 178 mil, podendo sofrer alterações devido ao fato de ainda não ter ocorrido decisão definitiva na fase de cumprimento de sentença.

20 Partes relacionadas

As transações financeiras entre as companhias do grupo e a remuneração da administração foram realizadas conforme a seguir:

(a) Operações com pessoal-chave da Administração

A Companhia provê a seus administradores, benefícios de assistência médica, seguro de vida, previdência privada e auxílio alimentação, apresentado na linha de benefícios de curto prazo abaixo. Os benefícios são parcialmente custeados pelos seus administradores e são registrados como despesas quando incorridos. Os diretores também participam no programa de opção de compra de ações da Companhia, conforme nota explicativa 25.

Os montantes referentes à remuneração e benefícios do pessoal-chave da administração, representado por seu conselho de administração e diretores estatutários, estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Honorários da administração	8.802	8.943	9.190	8.951
Benefícios de curto prazo	1.355	1.430	1.355	1.430
Outros (INSS)	1.760	1.790	1.760	1.790
Plano baseado em ações	4.236	3.601	4.236	3.601
	<u>16.153</u>	<u>15.764</u>	<u>16.541</u>	<u>15.772</u>

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos, eleitos para mandatos de dois anos, admitida a reeleição.

(b) Outras transações com partes relacionadas

As transações referem-se aos contratos de mútuos com as Controladas, cujo saldo existente em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 2.219 (R\$ 2.014 em 31 de dezembro de 2018). O prazo de vigência destes contratos é indeterminado.

Em 25 de maio de 2011 a Cia. Hering passou a operar com um escritório de representação na cidade de Nanjing na China. Esse escritório tem como objeto a inspeção da qualidade dos produtos importados, bem como a prospecção de novos fornecedores. Em 31 de dezembro de 2019, o montante gasto com esta operação foi de R\$ 3.565 (R\$ 3.766 em 31 de dezembro de 2018), reconhecido no resultado no grupo de custos.

Em 2019 ocorreram algumas operações de empréstimos para reformas de franquias relacionadas a alguns Administradores da Companhia que totalizaram o montante de R\$ 1.144 (em 2018 não houveram empréstimos). Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 não haviam saldos de empréstimos e subsídios a receber.

(c) Vendas para partes relacionadas

A Companhia realizou operações de vendas para empresas franqueadas relacionadas a alguns Administradores da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019 estas operações comerciais totalizaram o montante de R\$ 44.511 (R\$ 30.516 em 31 de dezembro de 2018) do qual R\$ 9.072 está registrado no contas a receber em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 6.275 em 31 de dezembro de 2018). São fornecidas garantias pessoais dos sócios das empresas relacionadas, no montante de R\$ 5.976 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 5.246 em 31 de dezembro de 2018), como forma de assegurar o adimplemento de tais obrigações com a Companhia. As operações comerciais com estas empresas relacionadas são realizadas nas mesmas condições e termos de mercado praticados com os demais clientes franqueados da Companhia.

21 Benefícios a empregados

A Companhia patrocina planos de previdência de benefício definido e de contribuição definida para seus funcionários conforme descrito abaixo:

Plano de Previdência Privada

Os planos de previdência complementar oferecidos aos funcionários são de benefício definido e contribuição definida, atendendo a todos os funcionários da Cia. Hering, que aderirem ao plano. As contribuições mensais da patrocinadora são calculadas com base no salário e contribuição dos participantes, contribuintes ou não.

O plano de benefício definido concede aos funcionários contribuintes o direito de receber renda mensal vitalícia (com ou sem período garantido de 5 anos) após aposentado. Esta opção encontrava-se aberta somente para aqueles empregados inscritos no plano e elegíveis ao benefício de aposentadoria vitalícia até outubro de 2018, quando houve aprovação da alteração do Plano pela Previc que limita o benefício definido a uma parcela de empregados. Em 31 de dezembro de 2019 eram 19 pessoas (22 pessoas em 31 de dezembro de 2018). Aos funcionários não contribuintes é garantido o valor correspondente a até três salários pagos em parcela única, sendo que em 31 de dezembro de 2019 eram 5.693 pessoas (5.550 em 31 de dezembro de 2018).

O número de participantes contribuintes do plano de previdência privada (contribuição definida) em 31 de dezembro de 2019 era de 272 pessoas (251 em 31 de dezembro de 2018), tendo contribuído no exercício com o montante de R\$ 1.026 (R\$ 975 no exercício anterior) e a patrocinadora contribuiu com o mesmo montante.

A Companhia teve a sua última avaliação atuarial calculada em 31 de dezembro de 2019, cujos efeitos estão apresentados a seguir:

(a) Saldos do plano de pensão – benefício definido

	Controladora e Consolidado	
	Previdência	
	2019	2018
Valor presente das obrigações atuariais	(48.546)	(40.782)
Valor justo dos ativos do plano	42.777	38.283
Déficit	<u>(5.769)</u>	<u>(2.499)</u>

A movimentação do plano de benefício definido no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi o reconhecimento de R\$ 357 (R\$ 252 em 31 de dezembro de 2018) na demonstração do resultado e R\$ 2.913 (R\$ 860 em 31 de dezembro de 2018) em outros resultados abrangentes, cuja contrapartida foi o passivo de benefícios à empregados.

(b) Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido

	Controladora e Consolidado	
	Previdência	
	2019	2018
Obrigações do benefício definido em 1º de janeiro	40.782	38.406
Custos do serviço corrente e juros	130	131
Juros sobre obrigação atuarial	3.687	3.610
(Ganho)/perda atuarial reconhecido em outros resultados abrangentes	6.950	1.595
Benefícios pagos no ano	(3.003)	(2.960)
Obrigações do benefício definido em 31 de dezembro	48.546	40.782

(c) Movimentação no valor presente dos ativos do plano

	Controladora e Consolidado	
	Previdência	
	2019	2018
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	38.283	37.019
Retorno esperado dos ativos do plano	3.460	3.489
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	3.774	503
Contribuições de empregador	263	232
Benefícios pagos pelo plano	(3.003)	(2.960)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	42.777	38.283

Os ativos do plano estão representados por quotas de participação em fundos. Em 31 de dezembro de 2019 o montante de Instrumentos de patrimônio era de R\$ 42.777, cujo retorno esperado para o exercício seguinte é de R\$ 3.255. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação.

(d) Ganhos e perdas atuariais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	Controladora e Consolidado	
	Previdência	
	2019	2018
Montante acumulado em 1º de janeiro	2.045	1.185
(Ganhos)/perdas atuariais imediatamente reconhecidos	2.913	860
Montante acumulado em 31 de dezembro	4.958	2.045

Os valores acima são imediatamente incorporados à conta de lucros acumulados, conforme permitido pelo CPC 33 (R1) e IAS19.

(e) Componentes da despesa/(receita) do plano projetada

	Controladora e Consolidado	
	Previdência	
	2020	2019
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	157	130
Juros sobre obrigação atuarial	3.694	3.687
Rendimento esperado dos ativos	(3.255)	(3.460)
	596	357

A Companhia espera contribuir com aproximadamente R\$ 378 com os planos de benefícios definidos durante o exercício de 2020.

(f) Histórico dos ajustes pela experiência

	Controladora e Consolidado				
	2019	2018	2017	2016	2015
Plano de previdência					
Valor presente das obrigações atuariais	(48.546)	(40.782)	(38.406)	(33.706)	(27.117)
Valor justo dos ativos do plano	42.777	38.283	37.019	33.552	27.927
Efeito do asset ceiling	-	-	-	-	(810)
(Déficit) superávit para planos cobertos	(5.769)	(2.499)	(1.387)	(154)	-
Ajustes pela experiência nos passivos do plano	(6.950)	(1.595)	(3.708)	(5.733)	(4.337)
Ajustes pela experiência nos ativos do plano	3.774	503	2.258	4.321	4.071

(g) Premissas atuariais

A apuração do ativo e passivo atuarial foi efetuada por meio de cálculos atuariais efetuados por atuário independente seguindo as premissas abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	Previdência	
(i) Média ponderada das hipóteses usadas para determinar a obrigação atuarial e a despesa (receita) a ser reconhecida	2019	2018
Taxa de desconto nominal	7,61%	9,56%
Taxa de aumento nominal do salário	5,81%	5,81%
Taxa estimada de inflação	4,40%	4,40%
Taxa de desconto nominal (despesa/receita)	7,61%	9,93%
Tábua de mortalidade pós-aposentadoria	AT-2000 Suavizada em 10%	AT-2000 Suavizada em 10%
(ii) Expectativas de vida presumidas na aposentadoria aos 65 anos		
Aposentados hoje (membro com idade de 65 anos)	20,4	20,4
Aposentados em 25 anos (membro com idade hoje de 40 anos)	20,4	20,4

Premissas sobre mortalidade futura são baseadas em estatísticas publicadas e tábuas de mortalidade. As tábuas utilizadas foram: (i) Tábua de mortalidade AT-2000 Suavizada em 10%, (ii) Tábua de Entrada em Invalidez Álvaro Vindas desagravada em 85% e (iii) Tábua de Mortalidade de Inválidos RRB-44(MI). A idade de entrada em aposentadoria considerada é de 55 anos, e que 100% se aposentam na 1ª elegibilidade de aposentadoria antecipada.

(h) Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2019 que demonstram o efeito no valor presente das obrigações de benefício definido decorrente da variação de meio ponto percentual da taxa de desconto e da variação da expectativa de sobrevida dos participantes em 1 ano, um aumento de R\$ 2.282 e uma redução de R\$ 2.502 na taxa de desconto, um aumento de R\$ 1.393 e uma redução de R\$ 764 na tabela de mortalidade:

	Previdência		
		Cenários Projetados	
	Cenário Base	Aumento de 0,5%	Redução de 0,5%
Impactos nas obrigações do plano de benefício definido			
Taxa de desconto	48.546	46.264	51.045
Taxa de inflação	48.546	48.546	48.546
Tabela de mortalidade (+1 -1)	48.546	49.939	47.782
Média ponderada de obrigação de benefício definido (em anos)	9,84	9,63	10,04

22 Fornecedores

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Fornecedores mercado interno	96.495	98.510
Fornecedores mercado externo	25.374	40.674
Risco sacado (i)	67.365	71.796
Ajuste a valor presente	(2.226)	(3.071)
	<u>187.008</u>	<u>207.909</u>

(i) A Companhia possui junto a instituição financeira convênio de colaboração recíproca em operações de aquisição de crédito “Risco Sacado”, que consiste na antecipação por parte dos fornecedores de títulos em aberto, onde o banco antecipa o valor para o fornecedor na data de solicitação e recebe posteriormente na data de vencimento o valor devido pela Companhia. Os custos dessa operação são cobrados do fornecedor pelo banco, a Companhia não incorre em juros ou outros custos. O limite de crédito para essa operação é aprovado em Reunião do Conselho de Administração e não utiliza os demais limites de crédito da Companhia junto ao banco. Sobre esses montantes, assim como para os montantes dos demais fornecedores, registra-se o ajuste a valor presente considerando a taxa e prazos descritos na nota explicativa 3 (m). Os termos das operações sob risco sacado não diferem significativamente das operações normais de fornecimento, como por exemplo em relação aos prazos praticados para pagamento. A decisão de efetuar essa operação é única e exclusivamente do fornecedor que arca com os encargos financeiros da operação. A Administração avalia que não há riscos nessa operação para a Companhia, e mantém o montante registrado na rubrica de fornecedores, por considerar que essa apresentação reflete melhor em essência a operação realizada.

23 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

(a) Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, ou outros instrumentos financeiros de risco.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são aprovadas e monitoradas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito

Decorre de a possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

A Companhia possui ainda, contabilizado perdas de créditos esperadas, no montante de R\$ 24.290 (R\$ 20.593 em 31 de dezembro de 2018) representativos de 5,04% do saldo de contas a receber em aberto (4,16% em 31 de dezembro de 2018), para fazer face ao risco de crédito.

Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito, análise do contas a receber por vencimento e as garantias.

(i) Exposição a riscos de créditos

O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado	
	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	364.824	320.540
Aplicações financeiras	5.064	4.830
Contas a receber de clientes	482.216	494.674
Outras contas a receber	45.739	28.690

(ii) Perdas por redução no valor recuperável

O vencimento do contas a receber na data das demonstrações financeiras era:

Contas a receber	Consolidado	
	2019	2018
À vencer	435.054	448.292
Vencidos:		
De 0 a 30 dias	7.134	8.828
De 31 a 90 dias	5.393	7.680
De 91 a 180 dias	6.313	7.039
De 181 a 360 dias	6.315	10.164
Acima de 360 dias	22.007	12.671
	482.216	494.674

O movimento de perdas por créditos esperadas em relação aos recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

	Consolidado	
	2019	2018
Saldo no início do exercício	(20.593)	(18.207)
Adições	(12.197)	(8.524)
Baixas	8.500	6.138
Saldo no final do exercício	<u>(24.290)</u>	<u>(20.593)</u>

A Companhia avalia a necessidade da provisão de perdas com créditos esperadas através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre o contas a receber. A Companhia avalia também a necessidade de provisão para o contas a receber a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes.

A despesa com a constituição da provisão de perdas com créditos esperadas foi registrada na rubrica “Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber” na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica “Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber” são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

(iii) Garantias

A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

- **Risco de liquidez**

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa 5) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2019, os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir, demonstra o prazo de vencimento esperado para os ativos e passivos financeiros, contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros estimados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2019:

	Taxa média de juros	Consolidado						Total
		Até 1 mês	1 a 3 meses	4 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Caixa e equivalentes de caixa	-	364.824	-	-	-	-	-	364.824
Cientes e outras contas a receber	0,60%	74.170	332.831	59.780	6.430	1.901	162	475.274
Passivo de arrendamento	0,60%	(2.672)	(7.960)	(19.758)	(34.243)	(8.223)	-	(72.856)
Fornecedores e outras contas a pagar	0,57%	(96.270)	(76.946)	(31.988)	(2.214)	(56)	(60)	(207.534)
		<u>340.052</u>	<u>247.925</u>	<u>8.034</u>	<u>(30.027)</u>	<u>(6.378)</u>	<u>102</u>	<u>559.708</u>

Risco de mercado

Decorre da possibilidade do valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado. O risco de mercado compreende os seguintes tipos de riscos:

(i) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, e em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de proteção para reduzir o custo financeiro das operações.

A Companhia possui os seguintes instrumentos de taxas variáveis:

	Consolidado	
	2019	2018
Aplicações financeiras	335.848	278.232
Aplicações financeiras restritas	<u>5.064</u>	<u>4.830</u>
	<u>340.912</u>	<u>283.062</u>

(ii) Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD) e Euro (EUR), utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. As moedas nas quais estas transações são denominadas são em USD e EUR.

A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

A exposição cambial da Companhia está assim representada:

	Consolidado	
	2019	2018
Caixa em moeda estrangeira (nota explicativa 5)	3.258	6.546
Contas a receber (nota explicativa 7)	16.523	15.232
Fornecedores	(25.152)	(40.133)
Instrumentos financeiros derivativos	44.331	71.490
	<u>38.960</u>	<u>53.135</u>

Os instrumentos financeiros derivativos referentes a contratos futuros de compra ou venda de dólares são utilizados, principalmente, como instrumentos para hedge dos fluxos financeiros decorrentes de importações de produto acabado.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha o montante de USD 22.697 (USD 23.611 e EUR 949 em 31 de dezembro de 2018) em cartas de crédito referentes à importações contratadas junto aos fornecedores.

(iii) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como riscos de crédito, mercado e liquidez, assim como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais.

(iv) Outros riscos de preços

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente dos fios de algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia, não sendo possível à Companhia assegurar possibilidade de repasse, parcial ou mesmo total, desses custos no preço de venda de seus produtos. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima.

(b) Instrumentos financeiros – valor justo

O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia.

Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Consolidado			
	2019		2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	364.824	364.824	320.540	320.540
Aplicações financeiras restritas	5.064	5.064	4.830	4.830
Clientes e outras contas a receber	469.732	469.732	478.623	478.623
Fornecedores e outras contas a pagar	(205.308)	(205.308)	(225.493)	(225.493)
Passivo de arrendamento	(65.483)	(65.483)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos designados ao valor justo por meio do resultado	(36)	(36)	787	787
Instrumentos financeiros derivativos designados em relações de contabilização de hedge	1.455	1.455	(957)	(957)

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial se equivalem aos seus respectivos valores justos e não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras – Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são similares ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- Clientes e outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar – Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- Empréstimos e financiamentos – São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são similares aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.
- Instrumentos financeiros derivativos – Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2.

(c) Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Dentre as estratégias adotadas pela Companhia, destacam-se:

Gestão da Dívida: a Companhia tem como meta a não renovação de empréstimos bancários com juros elevados, focando em operações de financiamento no longo prazo atreladas a investimentos produtivos que apresentem condições de prazo e taxas de juros mais atrativas.

Em 31 de dezembro de 2019 o montante de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 364.824 (R\$ 320.540 em 31 de dezembro de 2018) e não haviam saldos de empréstimos e financiamentos.

(d) Análise de sensibilidade

(i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI.

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração considerou como cenário provável as taxas anualizadas para o exercício referência. O rendimento das aplicações financeiras e despesas dos empréstimos foi projetado para os próximos 12 meses.

Operação	Valores R\$	Risco	Consolidado					
			Provável		Possível		Remoto	
			%	Ganho (Perda)	%	Ganho (Perda)	%	Ganho (Perda)
Aplicações financeiras (*)	340.912	Baixa CDI	5,94	-	4,46	(5.063)	2,97	(10.125)

**Saldo em 31 de dezembro de 2019 de aplicações em CDB e Operações compromissadas classificadas em caixa e equivalência de caixa e não circulante sujeitas a variação do CDI.*

(ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira, principalmente o dólar-americano (USD) no balanço de 31 de dezembro de 2019 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado vigente no exercício de elaboração destas informações contábeis. A taxa provável foi então corrigida em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

Operação	Saldo	Valor Notional	Consolidado				
			Provável	Possível		Remoto	
			Taxa	Taxa	Ganho	Taxa	Ganho
	2019	2019	USD	USD	(Perda)	USD	(Perda)
	R\$	USD					
Caixa em moeda estrangeira	3.258	-	4,0301	5,0376	815	6,0452	1.629
Contas a receber	16.523	-	4,0301	5,0376	4.131	6,0452	8.262
Fornecedores	(25.152)	-	4,0301	5,0376	(6.288)	6,0452	(12.576)
Instrumentos financeiros derivativos	44.331	11.000	4,0301	5,0376	11.083	6,0452	22.166
Exposição e ganhos e perdas líquidos	38.960	11.000			9.741		19.481

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia suas aplicações financeiras e seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial em aberto em 31 de dezembro de 2019, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de risco “provável” das tabelas acima.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, referente a contratos futuros de compra de dólares que são utilizados, principalmente, como instrumentos para hedge dos fluxos financeiros decorrentes de importações. Tais operações, quando existentes, são monitoradas por meio de seus controles internos.

As operações designadas como “hedge accounting”, cujo objeto está relacionado as importações e compras futuras de mercadoria para revenda em moeda estrangeira altamente prováveis. A contabilização adotada pela Companhia é o hedge de fluxo de caixa (“cashflow hedge”). Essas operações de derivativos são contabilizadas no balanço da Companhia pelo seu valor justo e a parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, sendo reclassificada para o resultado no momento em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica em que tal item é reconhecido. Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte inefetiva ou não designada são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro.

Em 31 de dezembro de 2019, as operações de derivativos (NDF – Non Deliverable Forward) mantidas pela Companhia designadas para “hedge accounting” foram contratadas, nos seguintes montantes e condições:

Data da contratação	Data de vencimento	Valor lastreado USD mil	Cotação alvo média	Reconhecido em			
				Valor Justo em Aberto	Outros resultados abrangentes	Resultado operacional	Resultado financeiro
12/07/2019	02/01/2020	1.000	3,7912	239	181	48	10
12/07/2019	03/02/2020	3.800	3,7989	846	940	303	(397)
12/07/2019	02/03/2020	1.700	3,8075	370	370	-	-
24/10/2019	01/04/2020	3.000	4,0419	(25)	(25)	-	-
24/10/2019	04/05/2020	1.500	4,0455	(11)	(11)	-	-
		<u>11.000</u>		<u>1.419</u>	<u>1.455</u>	<u>351</u>	<u>(387)</u>

As liquidações das operações de NDF's no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 somaram um Nominal de USD 23.450 (cujas mercadorias foram vendidas), gerando um valor que representou uma perda de R\$ 147 para a Companhia, dos quais R\$ 1.212 (despesa R\$ 1.223 em 2019 e receita de R\$ 11 em 2018) foi reconhecido como perda em Resultado Operacional e R\$ 1.065 (receita de R\$ 289 em 2019 e receita de R\$ 776 em 2018) reconhecido como receita em resultado financeiro.

24 Capital social e reservas

(a) Capital social

O capital social autorizado é composto por 350.000.000 ações ordinárias, todas sem valor nominal, sendo que, em 31 de dezembro de 2019, o capital subscrito e integralizado é composto por 162.533.937 ações ordinárias (incluindo as 107.425 ações mantidas em tesouraria) distribuídas entre os seguintes acionistas (acima de 5%):

	2019		2018	
Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda	16.211.835	10,0%	16.217.782	10,0%
Investimento e Participação INPASA S/A	11.964.724	7,4%	11.964.724	7,4%
Ivo Hering	11.768.370	7,2%	11.768.370	7,3%
Verde Asset	8.217.325	5,0%	-	-
Velt Partners	-	0,0%	8.868.000	5,5%
Dynamo Administração de Recursos Ltda	-	0,0%	9.317.300	5,8%
Somerset Capital Management	-	0,0%	8.191.813	5,1%
Coronation Fund Managers Ltd. (*)	-	0,0%	8.052.473	5,0%
Outros	114.371.683	70,4%	87.463.172	53,9%
	<u>162.533.937</u>	<u>100,0%</u>	<u>161.843.634</u>	<u>100%</u>

(*) Gestor com sede na África do Sul

Em 17 de maio de 2019 foram emitidas 271.873 ações totalizando o montante de R\$ 4.439, e em 30 de agosto de 2019 foram emitidas 418.430 ações totalizando o montante de R\$ 6.779, para fazer frente ao Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia.

(b) Ações em tesouraria

Em 01 de agosto de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a criação de um Novo Programa de Recompra de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia (Programa 2018 – 2019), para permanência em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento e/ou para fazer frente ao “Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia”, limitado a 5.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias da Companhia, cujo prazo de encerramento foi 01 de fevereiro de 2019. Das ações adquiridas neste programa, cujo o saldo em 31 de dezembro de 2018 era de 440.675 ações, deduzindo as ações exercidas em 2019 conforme tabela abaixo, permanecem em tesouraria em 31 de dezembro de 2019 o montante de 107.425.

Data	Programa de Stock Options	Quantidade	Venda de ações		Custo Stock Options		Ganho
			Unitário	Total	Unitário	Total	
15/03/2019	9º e 10º	184.376	15,47	2.850	14,48	2.670	180
06/06/2019	10º	32.376	16,10	521	14,48	469	52
08/08/2019	10º	93.586	28,17	2.637	14,44	1.351	1.286
11/09/2019	10º	22.912	16,72	384	14,44	331	53
		333.250		6.392		4.821	1.571

(c) Reserva de capital

Opções de compra de ações outorgadas conforme descritos na nota explicativa 25 são registrados como reservas de capital.

(d) Reservas de lucros

- Legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Lucro líquido do exercício	214.702
(-) Reserva de lucro - incentivos fiscais	(146.648)
Base de cálculo - Reserva legal	68.054
Reserva legal 5%	(3.403)

- Retenção de lucros**

Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal, da proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro. Em 2018 e 2019 parte do saldo desta reserva foi utilizada para pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio.

- **Outras reservas de lucros**

Incentivos fiscais

Referem-se aos montantes apurados de subvenções recebidas para investimentos (nota explicativa 18) e incentivos de redução do IRPJ conforme segue:

	2019	2018
Lei do Vestuário - GO	681.803	560.452
Pró-Emprego - SC (i)	59.264	87.084
Proadi - RN (i)	69.234	90.551
Proedi - RN	1.920	-
Fomentar - GO	31.750	31.750
Lucro Exploração IRPJ	29.526	29.526
Créd. Presumido Importados/Internet - SC	46.361	30.630
Produzir - GO	11.824	6.562
Crédito Atacadista - GO	5.899	4.370
Redução Reinvestimento IRPJ	6	336
	937.587	841.261

(i) Em 31 de julho de 2019 foi aprovado pelo Conselho de Administração o pagamento de dividendos no valor de R\$ 49.992, sendo pago com o saldo de reservas de incentivos fiscais compostas pelo benefício Pró-Emprego – SC e Proadi - RN.

(e) Remuneração aos acionistas

Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 195-A e art. 202 da Lei 6.404/76.

Juros sobre capital próprio

A Companhia calcula juros sobre o capital próprio de acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95.

Lucro líquido do exercício	214.702
(-) Reserva de lucro - incentivos fiscais	(146.648)
Base de cálculo - Reserva legal	68.054
Reserva legal 5%	(3.403)
Base de cálculo - Dividendos	64.651
Dividendos mínimos obrigatórios (25%) - pagos durante o exercício	16.163
Dividendos adicionais e Juros sobre o Capital Próprio deliberados pelo Conselho de Administração	65.003
	81.166

A Companhia utilizou parte do saldo de reserva de retenção de lucros para fazer frente aos dividendos adicionais e juros sobre capital próprio deliberados no ano de 2019.

Os dividendos e juros sobre capital próprio foram distribuídos conforme demonstrado a seguir:

Proventos	Valor total	Quantidade de ações na data	Montante por ação (R\$)	Aprovado em	Pago em
Juros sobre o Capital Próprio	22.994	161.587.335	0,1423	27/03/2019	24/04/2019
Juros sobre o Capital Próprio	20.487	161.587.335	0,1268	08/05/2019	05/07/2019
Juros sobre o Capital Próprio	19.493	162.426.512	0,1200	23/09/2019	23/10/2019
Juros sobre o Capital Próprio	18.192	162.426.512	0,1120	11/12/2019	30/12/2019
	81.166				
Dividendos (i)	49.992	161.891.584	0,3088	31/07/2019	05/09/2019
	131.158				

(i) Dividendos pagos em 2019 com reserva de incentivos fiscais.

(f) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo é representado pelo efeito da contabilização de benefícios a empregados do Plano de Previdência Privada HeringPrevi, Plano de Saúde (nota explicativa 21), instrumentos financeiros derivativos designados como Hedge Accounting (nota explicativa 23) e correção monetária dos ativos imobilizados sendo este o saldo mais representativo.

25 Programa de stock options

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía dois Planos de Opção de Compra de Ações em aberto, sendo um aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008 (Plano 2008), e um novo Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em 04 de dezembro de 2017 (Plano 2017). A aprovação dos programas de outorgas de ações no âmbito de cada plano é efetuada pelo Conselho de Administração da Companhia. A data de aprovação, a quantidade de ações outorgadas por programa e o preço de exercício por ação, estão divulgados abaixo:

	Plano de Opção de Compra de Ações								
	Plano 2008						Plano 2017		
	5º	6º	7º	8º	9º	10º	1º	2º	3º
Data de aprovação	08/05/12	21/05/13	25/07/13	21/05/14	29/07/15	24/05/16	13/12/17	29/08/18	08/05/19
Quantidade de ações outorgadas	246.000	264.000	72.872	953.850	1.335.112	1.226.445	701.541	1.181.229	594.903
Preço de exercício - R\$/ação	45,83	38,61	34,24	25,05	12,64	14,25	26,50	16,16	29,73

Os programas preveem que as opções outorgadas aos beneficiários eleitos somente poderão ser exercidas se observados os seguintes prazos e condições (vesting condition) : (a) até 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da opção a partir do final do primeiro ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; (b) até 50% (cinquenta por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do segundo ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; (c) até 75% (setenta e cinco por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do terceiro ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; e (d) até 100% (cem por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do quarto ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário.

O exercício das opções somente poderá ocorrer desde que se verifique a continuidade da relação jurídica entre o Beneficiário e a Companhia ou com qualquer de suas controladas ou coligadas, até a data do efetivo exercício das opções.

Os programas preveem também o direito ao exercício, em caso de falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do participante. Após uma opção ter se tornado exercível, o beneficiário poderá exercê-la a qualquer tempo, até o término do prazo de sete anos contados da data de outorga de tal opção. Cada opção corresponde ao direito de subscrever uma ação da Companhia.

O exercício de opções garante aos beneficiários os mesmos direitos concedidos aos demais acionistas da Companhia. A Administração desse plano foi atribuída a um comitê designado pelo Conselho de Administração.

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento baseado em ações, a Companhia apurou o valor justo das opções. O valor foi calculado por empresa terceirizada especializada neste tipo de cálculo que utilizou o modelo Black & Scholes para o 5º programa, modelo Binomial para o 6º ao 10º programa do Plano de 2008 e para 1º ao 3º programa do Plano de 2017 (utilizou-se esse método pois esse permite adequadamente a inclusão de premissas como exercício antecipado, expiração por perda do vínculo e outras características).

O valor justo das opções na data da outorga está apresentado na linha Preço total na tabela abaixo e consideram as seguintes premissas para precificação:

	Plano de Opção de Compra de Ações								
	Plano 2008						Plano 2017		
	5º	6º	7º	8º	9º	10º	1º	2º	3º
Data da avaliação	08/05/12	21/05/13	25/07/13	21/05/14	29/07/15	24/05/16	13/12/17	29/08/18	08/05/19
Quantidade de ações	246.000	264.000	72.872	953.850	1.335.112	1.226.445	701.541	1.181.229	594.903
Preço de exercício	45,83	38,61	34,24	25,05	12,64	14,25	26,50	16,16	29,73
Preço de fechamento	45,91	43,5	30,56	21,79	11,64	13,08	26,21	16,74	31,75
Volatilidade ao dia	2,34%	1,83%	2,36%	2,19%	2,75%	2,49%	2,67%	2,67%	2,67%
Volatilidade ao ano	37,21%	29,01%	37,46%	34,63%	43,71%	39,50%	37,44%	37,43%	37,65%
Dividendos esperados	4,00%	4,00%	4,00%	5,10%	5,50%	5,50%	4,70%	5,40%	3,17%
Taxa de desligamento (*)	-	1,01%	1,01%	1,10%	5,00%	14,29%	-	-	-
Taxa de desligamento (*)	-	-	-	-	15,00%	13,64%	-	-	-
Market to Strike Ratio	-	2,33	2,33	2,25	2,25	2,24	2,09	2,09	2,09
Cupom de IPCA (**)	3,65%	3,83%	4,89%	6,16%	6,65%	6,13%	5,12%	5,70%	4,19%
Prazo total	7	7	7	7	7	7	7	7	7
									anos
Preço unitário da opção	17,00	11,87	8,80	5,38	3,30	2,90	7,96	5,15	11,37
									R\$/ação
Preço total	4.183	3.134	641	5.128	4.404	3.561	5.585	6.083	6.764
									R\$ mil

(*) Taxa de desligamento da Companhia, a partir do 9º e 10º programa é apresentada segregada entre Diretoria e Outros.

(**) Taxa de juros livre de risco

O preço de fechamento da ação da Cia. Hering, negociada sob o código HGTX3, e a taxa de volatilidade, acima informada, para o 5º ao 10º programa do Plano 2008 e 1º ao 3º do Plano de 2017 foram obtidas diretamente do serviço Bloomberg. A curva de cupom de IPCA foi obtida do site da Bolsa de Mercados e Futuros (BM&F) no campo Dados Históricos, Pesquisas por Pregão, Arquivo “Mercado de Derivativos – Taxas de Mercado para Swaps”. O contrato de cupom de IPCA é negociado com o código DAP. Para a taxa de volatilidade, foi retirada uma série de preços de fechamento da ação da Companhia, sob o código HGTX3, e sobre ela foi calculada a volatilidade histórica diária, que posteriormente foi anualizada para uso no cálculo do valor de mercado das Stock Options.

Os períodos analisados foram:

	Plano de Opção de Compra de Ações								
	Plano 2008						Plano 2017		
	5º	6º	7º	8º	9º	10º	1º	2º	3º
Data de início	09/05/11	30/09/10	31/08/10	23/11/11	29/07/08	26/05/09	15/03/10	08/12/10	03/08/11
Data de término	08/05/12	21/05/13	25/07/13	21/05/14	29/07/15	24/05/16	04/12/17	31/08/18	03/05/19

(a) Plano de Opção de Compra de Ações 2008, liquidável em ações (Plano 2008)

No Plano de Opção de Compra de Ações de 2008 foram emitidos dez programas de opções de ações. As ações outorgadas no primeiro, segundo e terceiro programa de opções de ações, foram integralmente exercidas pelos beneficiários.

Observado os prazos de carência estabelecidos nos Programas, cada Opção de Compra outorgada permite ao Beneficiário, definido pelo Conselho de Administração, o direito de subscrever uma ação da Companhia.

Considerando a hipótese de que todas as opções que estivessem disponíveis fossem exercidas em 31 de dezembro de 2019, a diluição do capital dos atuais acionistas seria de 0,72% (1,24% em 31 de dezembro de 2018).

O preço médio de exercício das opções de ações, apresentado conforme as movimentações das opções estão demonstradas a seguir:

	2019		2018	
	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
Opções em circulação no início do exercício	2.003.224	28,51	2.702.010	28,39
Opções exercidas	(656.808)	15,55	(48.125)	15,29
Opções canceladas	(178.800)	68,86	(650.661)	33,26
Opções em circulação no final do exercício	<u>1.167.616</u>	31,40	<u>2.003.224</u>	28,51
Opções exercíveis no final do exercício	992.648	34,05	1.351.761	34,81

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia reconheceu no resultado um montante de R\$ 1.454 (R\$ 2.683 em 31 de dezembro de 2018) referente ao valor justo do plano.

(b) Novo Plano de Opção de Compra de Ações 2017, liquidável em ações (Plano 2017)

Foi aprovado pela Cia Hering um Novo Plano de Outorga de Opções na Assembleia Extraordinária de 04 de dezembro de 2017. Observado os prazos de carência estabelecidos nos Programas, cada Opção de Compra outorgada permite ao Beneficiário, definido pelo Conselho de Administração, o direito de subscrever uma ação da Companhia.

O cálculo do preço de exercício da Opção de Compra a ser pago pelos Beneficiários será definido, nos termos dos Planos de Opções, pela média ponderada por volume das negociações das cotações de fechamento das ações ordinárias da Companhia na B3 Brasil Bolsa Balcão, nos 90 (noventa) pregões anteriores à data de aprovação de cada Programa de Outorga de Opção de Compra pelo Conselho de Administração (Preço de Exercício), cujo preço de exercício será corrigido pelo IPC-A, desde a data de outorga da respectiva Opção de Compra até a data de exercício. As Opções de Compra poderão ser exercidas total ou parcialmente no prazo e período fixado em cada Programa, contados da data de sua aprovação/outorga pelo Conselho de Administração.

Considerando a hipótese de que todas as opções que estivessem disponíveis fossem exercidas em 31 de dezembro de 2019, a diluição do capital dos atuais acionistas seria de 1,22% (1,08% em 31 de dezembro de 2018).

O preço médio de exercício das opções de ações, apresentado conforme as movimentações das opções estão demonstradas a seguir:

	2019		2018	
	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
Opções em circulação no início do exercício	1.749.797	19,99	701.541	26,50
Opções outorgadas	594.903	29,73	1.181.229	16,16
Opções exercidas	(366.745)	20,18	-	-
Opções canceladas	(88.040)	24,51	(132.973)	27,49
Opções em circulação no final do exercício	<u>1.889.915</u>	23,73	<u>1.749.797</u>	19,99
Opções exercíveis no final do exercício	360.594	24,20	142.136	27,49

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia reconheceu no resultado um montante de R\$ 4.044 (R\$ 2.484 em 31 de dezembro de 2018) referente ao valor justo do plano.

26 Receita operacional

A receita líquida da Companhia possui a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita de venda mercado interno	1.434.645	1.420.492	1.434.645	1.422.896
Receita de venda em lojas próprias	396.124	376.218	396.124	376.218
Receita de venda mercado externo	42.135	49.631	42.135	49.631
Receita de royalties	18.171	17.478	18.171	17.478
Devoluções	<u>(75.449)</u>	<u>(59.409)</u>	<u>(75.449)</u>	<u>(59.409)</u>
Receita bruta de vendas	1.815.626	1.804.410	1.815.626	1.806.814
Ajuste a valor presente - Receita	(33.768)	(36.057)	(33.768)	(36.057)
Abatimentos e Repasse IBCC (Instituto Brasileiro de Controle do Câncer)	(3.224)	(2.337)	(3.224)	(2.337)
Impostos sobre as vendas	<u>(229.475)</u>	<u>(228.716)</u>	<u>(229.475)</u>	<u>(228.852)</u>
Deduções da receita	<u>(266.467)</u>	<u>(267.110)</u>	<u>(266.467)</u>	<u>(267.246)</u>
Receita líquida	<u>1.549.159</u>	<u>1.537.300</u>	<u>1.549.159</u>	<u>1.539.568</u>

27 Custos dos bens ou serviços vendidos

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Matéria prima e material de revenda	491.525	502.014
Salários, encargos e benefícios	151.377	168.032
Depreciação	34.226	31.410
Mão-de-obra terceirizada	148.892	135.281
Energia	10.736	11.836
Outros Custos	33.763	35.007
	<u>870.519</u>	<u>883.580</u>

28 Despesas com vendas

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Despesas comissões sobre vendas	51.822	53.637
Despesas fretes sobre vendas	43.228	42.928
Despesas com pessoal	99.073	90.696
Despesas com propaganda e publicidade	80.025	57.612
Despesas com locação de imóveis (i)	23.281	46.347
Despesas com amostras e desenv. de produtos	18.660	17.944
Despesas com viagens e estadias	9.864	11.769
Despesas com serviços de terceiros	11.631	15.790
Outras despesas	21.995	16.926
	<u>359.579</u>	<u>353.649</u>

(i) A partir de 01 de janeiro de 2019 os contratos de locação classificados de acordo com IFRS 16 / CPC 06 (R2) foram contabilizados no ativo de direito de uso e passivo de arrendamento. Mensalmente o valor do ativo é depreciado conforme prazo contratual e o valor registrado na rubrica de “Depreciação e Amortização”. Os contratos de locação, não classificados como arrendamento, permanecem sendo registrados na rubrica de “Despesas com locação de imóveis”.

29 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas com pessoal	31.691	30.398	31.691	30.398
Despesas com serviços de terceiros	8.148	7.545	8.148	7.545
Despesas com propaganda institucional	1.484	1.545	1.484	1.545
Despesas com doações	18	411	18	411
Despesas com serviços de TI	3.818	3.278	3.818	3.278
Despesas com viagens	1.566	1.233	1.566	1.233
Despesas com locação imóveis (i)	1.067	2.035	1.067	2.035
Outras despesas	3.986	2.692	4.179	2.766
	<u>51.778</u>	<u>49.137</u>	<u>51.971</u>	<u>49.211</u>

(i) A partir de 01 de janeiro de 2019 os contratos de locação classificados de acordo com IFRS 16 / CPC 06 (R2) foram contabilizados no ativo de direito de uso e passivo de arrendamento. Mensalmente o valor do ativo é depreciado conforme prazo contratual e o valor registrado na rubrica de “Depreciação e Amortização”. Os contratos de locação, não classificados como arrendamento, permanecem sendo registrados na rubrica de “Despesas com locação de imóveis”.

30 Outras (despesas) e receitas operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Outras receitas operacionais				
Créditos tributários (i)	31.733	29.406	31.733	29.406
Indenização recebida de sinistro	590	1.083	590	1.083
Resultado na venda de imobilizado, intangível	4.527	23	4.527	23
Empréstimos Compulsório	-	118	-	118
Cessão de serviços financeiros	-	4.500	-	4.500
Outras	2.569	3.337	2.569	3.337
	<u>39.419</u>	<u>38.467</u>	<u>39.419</u>	<u>38.467</u>

Outras despesas operacionais

Constituições e reversões de provisões trabalhistas e cíveis	(5.407)	(3.976)	(5.407)	(3.976)
Plano por opções de ações	(5.498)	(5.167)	(5.498)	(5.167)
Avaliação atuarial de previdência	(357)	(252)	(357)	(252)
Indenizações trabalhista	(11.845)	(9.787)	(11.845)	(9.787)
Fundo Protege Goiás	(15.019)	(16.815)	(15.019)	(16.815)
Indenização Representantes	(8.165)	(2.614)	(8.165)	(2.614)
Serviços profissionais	(2.082)	(1.996)	(2.082)	(1.996)
Plano Incentivo Reforma	(990)	-	(990)	-
Outras	(5.306)	(3.147)	(5.328)	(4.584)
	<u>(54.669)</u>	<u>(43.754)</u>	<u>(54.691)</u>	<u>(45.191)</u>
Outras (despesas) e receitas operacionais líquidas	<u>(15.250)</u>	<u>(5.287)</u>	<u>(15.272)</u>	<u>(6.724)</u>

(i) O saldo de Créditos Tributários é composto principalmente por R\$ 23.202 (líquido de despesas de honorários no valor de R\$ 1.084) de PIS e COFINS, R\$ 7.842 (líquido de despesas de honorários no valor de R\$ 478) de INSS, R\$ 738 (líquido de despesas de honorários no valor de R\$ 71) de Reintegra e R\$ 27 de créditos Siscomex.

31 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Juros sobre operações financeiras	18.841	15.176	18.841	15.176
Juros sobre tributos	1.008	1.079	1.008	1.079
Ajuste a valor presente	34.451	36.244	34.451	36.244
Juros recebidos e renegociados	8.681	6.444	8.681	6.444
Outras receitas	5.192	9.117	5.261	9.185
Receitas com derivativos	-	1.201	-	1.201
Variação cambial ativa diversas	-	-	-	54
Variação cambial ativa de conta corrente	-	66	-	66
Variação cambial ativa de clientes	208	2.123	208	2.123
	68.381	71.450	68.450	71.572
Despesas financeiras				
Juros sobre operações financeiras	-	(2.139)	-	(2.139)
Encargos financeiros sobre tributos	(128)	(490)	(128)	(490)
Ajuste a valor presente	(19.359)	(15.132)	(19.359)	(15.132)
Atualização provisões para riscos	(560)	(626)	(560)	(626)
Despesa com derivativos	(98)	-	(98)	-
Juros Arrendamento (nota explicativa 15)	(4.828)	-	(4.828)	-
Tarifas bancárias e comissões	(4.825)	(4.994)	(4.825)	(4.994)
Outras despesas	(2.326)	(3.175)	(2.329)	(3.231)
Variação cambial passiva diversas	(88)	(238)	(6)	-
Variação cambial passiva de conta corrente	(255)	-	(255)	-
Variação cambial passiva de fornecedores	(3.368)	(7.756)	(3.368)	(7.756)
	(35.835)	(34.550)	(35.756)	(34.368)
Resultado financeiro líquido	32.546	36.900	32.694	37.204

32 Despesa com imposto de renda e contribuição social

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Impostos correntes:				
Contribuição social	(612)	218	(612)	149
Imposto de renda	(2.508)	1.260	(2.508)	1.092
	(3.120)	1.478	(3.120)	1.241
Impostos diferidos:				
Contribuição social	2.423	355	2.423	355
Imposto de renda	6.472	2.755	6.472	2.755
	8.895	3.110	8.895	3.110

(b) Reconciliação da alíquota efetiva do imposto

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido antes de impostos	208.927	234.926	208.927	235.163
Alíquota vigente:	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente	(71.035)	(79.875)	(71.035)	(79.955)
Efeito fiscal das adições e exclusões permanentes:				
Subvenção para investimento (nota explicativa 18)	49.861	46.794	49.861	46.794
Juros sobre capital próprio (nota explicativa 24e)	27.596	27.196	27.596	27.196
Opções Maturada - Stock Options 2018	-	1.753	-	1.753
Opções Maturada - Stock Options e Plano de Saúde	-	10.189	-	10.189
Outras (adições) exclusões permanentes	(647)	(1.469)	(647)	(1.626)
Imposto de renda e contribuição social	5.775	4.588	5.775	4.351
Imposto de renda e contribuição social corrente	(3.120)	1.478	(3.120)	1.241
Imposto de renda e contribuição social diferido	8.895	3.110	8.895	3.110
Alíquota efetiva	(3%)	(2%)	(3%)	(2%)

(c) Composição dos impostos diferidos no resultado do exercício

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Constituição sobre adições temporárias	395	(8.084)
Reversão sobre exclusões temporárias	(11)	(109)
Constituição sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	8.116	11.183
Realização da correção monetária do ativo próprio	395	120
	<u>8.895</u>	<u>3.110</u>

33 Lucro líquido por ação

(a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	Consolidado	
	2019	2018
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	214.702	239.514
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias - milhares	162.159	161.844
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em tesouraria - milhares	(381)	(147)
	<u>161.778</u>	<u>161.697</u>
Lucro básico por ação - R\$	<u>1,3271</u>	<u>1,4812</u>

(b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que se refere a opção de compra de ações.

Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados as opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra de ações.

	Consolidado	
	2019	2018
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	214.702	239.514
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação - milhares	161.778	161.697
Ajuste por opções de compra de ações - milhares	3.058	3.753
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação - milhares	164.836	165.450
Lucro diluído por ação - R\$	1,3025	1,4476

34 Segmentos operacionais

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como têxtil, o qual abrange a produção e a comercialização de artigos de vestuário e acessórios. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, mercados ou canais de venda;
- as suas unidades fabris operam para todas as suas linhas de produtos, mercados e canais de venda;
- as decisões estratégicas da Companhia estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.

Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas e canais diferentes (Marca: Hering, Hering Kids, PUC e DZARM. e Canal: Multimarca, Franquias, Lojas Próprias e Webstore), no entanto, são controlados e gerenciados pela administração como único segmento, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada.

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta mercado interno consolidada por marca e canal de distribuição, conforme demonstrado a seguir:

Marca	Consolidado	
	2019	2018
Hering	1.348.686	1.319.306
Hering Kids	237.154	230.231
PUC	87.916	105.437
DZARM.	75.973	73.241
*Outras	23.762	28.968
Receita bruta mercado interno	1.773.491	1.757.183
Receita bruta mercado externo	42.135	49.631
Receita bruta total	1.815.626	1.806.814

Canal	Consolidado	
	2019	2018
Multimarcas	704.840	736.794
Franquias	627.075	619.514
Lojas próprias	365.829	344.580
Webstore	69.996	48.950
*Outras	5.751	7.345
Receita bruta mercado interno	1.773.491	1.757.183
Receita bruta mercado externo	42.135	49.631
Receita bruta total	1.815.626	1.806.814

*Considera a venda de itens de segunda linha e sobras.

As receitas líquidas no mercado interno e externo estão apresentadas abaixo:

	Consolidado	
	2019	2018
Receita bruta mercado interno	1.773.491	1.757.183
Receita bruta mercado externo	42.135	49.631
Receita bruta	1.815.626	1.806.814
Deduções da receita	(266.467)	(267.246)
Receita líquida	1.549.159	1.539.568

A receita no mercado externo não está sendo demonstrada separadamente por área geográfica, pois representa em 31 de dezembro de 2019 apenas 2,72% (3,22% em 31 de dezembro de 2018) do total da receita líquida (saldos da controladora e consolidado).

Não há clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% das vendas no mercado interno e externo.

35 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2019 a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 181.128 para danos materiais, R\$ 186.744 para lucros cessantes e R\$ 57.000 para responsabilidade civil.

36 Declaração dos Diretores

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

DIRETORIA

Fabio Hering – Diretor Presidente
Guilherme Farinelli Silva – Diretor de Transformação Digital
Marciel Eder Costa – Diretor Administrativo
Marcelo Toledo – Diretor Industrial
Moacyr José Matheussi – Diretor de Suprimentos
Rafael Bossolani – Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Romael Soso – Diretor de Unidade de Negócio
Thiago Hering – Diretor Executivo de Negócios

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ivo Hering – Presidente
Fábio Hering - Conselheiro
Andrea Oliveira Mota Baril – Conselheiro
Celso Luis Loducca - Conselheiro
Claudia Worms Sciamia – Conselheiro
Fabio Colletti Barbosa – Conselheiro
Patrick Charles Morin Junior – Conselheiro

Cleonice Ghidolin Destri
Contadora CRC – SC nº 27.477/O-4